JOSÉ ROMEU GARCIA DO AMARAL

**DEVER DE LEALDADE DOS ACIONISTAS NAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes
França

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2020

JOSÉ ROMEU GARCIA DO AMARAL

**DEVER DE LEALDADE DOS ACIONISTAS NAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Amaral, José Romeu Garcia do
Dever de Lealdade dos Acionistas nas Sociedades
Anônimas ; José Romeu Garcia do Amaral ; orientador
Erasmó Valladão A. e N. França -- São Paulo, 2020.
445

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Comercial) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito Societário. 2. Sociedade Anônima. 3.
Deveres dos Acionistas. 4. Lealdade. 5. Boa-fé
objetiva. I. França, Erasmó Valladão A. e N., orient.
II. Título.

Para Livia, Bianca e Romeo

Para Erasmo Valladão A. e N. França

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível sem a acolhida do Professor Doutor Erasmo Valladão A. e N. França, a quem serei eternamente grato pela dupla orientação – mestrado e doutorado -, pelos ensinamentos recebidos, pelo apoio permanente, pela convivência aprazível, pela dedicação aos seus orientandos e pela seriedade com que se dedica à nobre função do Magistério.

À Livia Longano Ferrante do Amaral - esposa, mãe e advogada -, que mesmo ciente dos desafios que teria de encarar em virtude da minha ausência, incentivou-me a fazer o doutorado. Espero poder retribuir toda a sua compreensão, apoio e paciência, assim como compensar as muitas horas que passei longe da nossa família durante essa longa jornada.

Aos meus pais, Claudia e Edmundo, por terem sempre me encorajado, mesmo à distância, no prosseguimento dos meus estudos; e aos meus sogros, Iracema e Renato, pelo incentivo e apoio.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Professores Doutores Marcelo Vieira von Adamek e Thiago Saddi Tannous, que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste trabalho, com valiosos comentários e correções.

Ao Evandro F. Pontes, Erik Oioli, Luis André N. de Moura Azevedo e Leonardo Auriema, que se dedicaram intensamente à Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários, nestes últimos dois anos, agradeço enormemente a compreensão e apoio.

Expresso também a minha enorme gratidão ao Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, na pessoa da Sra. Elke Halsen-Raffel, que me aceitou como pesquisador visitante em 2019, onde tive a oportunidade de usufruir não só a vastíssima biblioteca de direito privado, mas também a companhia de inúmeros professores, acadêmicos e juristas de diversas nacionalidades, cujos momentos de convívio, conversas e discussões enriqueceram-me intelectualmente. Agradeço em especial aos colegas Fernando

Eduardo da Silva Oliveira e Sá, Osny Silva, Mafalda de Sá, Marco Campagna e Felix Pflücke.

Não poderia deixar de agradecer também toda a equipe do projeto de Revisão Geral do Código Comercial de Moçambique, que muito bem me acolheu naquele país, especialmente aos consultores Drs. Abdul Carimo, Telmo Ferreira e Francisco Reyes; às Dras. Rosemin Faquir e Alima Hussein; e aos coordenadores do SPEED+, Drs. Sergio Chitara e Ashok Menon.

Agradeço, por fim, à Ordem dos Advogados de Portugal, especificamente ao Departamento Editorial e à equipe de serviços da Biblioteca, pelo fornecimento de material para a pesquisa; e à Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, por ter me acolhido como pesquisador visitante em janeiro de 2019.

RESUMO

AMARAL, José Romeu Garcia do. *Dever de Lealdade dos Acionistas nas Sociedades Anônimas*. (433 p.). Tese de Doutorado: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O tema desenvolvido na tese refere-se ao dever de lealdade dos acionistas nas sociedades anônimas. Os acionistas, a partir da aquisição da participação social, sujeitam-se ao ordenamento societário e enquadram-se em uma situação jurídica capaz de qualificar-se como posição ou estado (o *status socii*), abrangendo componentes ativos (direitos e poderes) e passivos (deveres, obrigações e sujeições). O dever de lealdade, portanto, pertence aos componentes passivos da posição jurídica e impregnam as relações entre os acionistas e entre estes e a companhia, tendo por fundamento a boa-fé objetiva (arts. 113, 187 e 422 do CC). Muito se estudou sobre os direitos e poderes, porém pouca atenção foi dada aos deveres dos acionistas. No Brasil, este tema não foi objeto de estudo monográfico específico. A tese pretende, assim, sistematizar a matéria e oferecer contribuição original para o seu desenvolvimento. Dividida em cinco partes, a primeira apresenta os fundamentos do dever de lealdade, abrangendo a noção de lealdade, a relação societária e seus elementos, a situação jurídica do acionista, o desenvolvimento do tema no direito estrangeiro e as suas fontes normativas. A segunda identifica o enunciado geral do dever de lealdade nas companhias, destacando a sua função e tipologia (deveres de lealdade positivos e negativos). Na terceira, aborda as situações específicas de sua aplicação, conforme a qualificação jurídica do acionista (controlador ou não controlador). A quarta parte trata da responsabilidade do acionista e das consequências jurídicas decorrentes da violação do dever de lealdade. A quinta e última parte encerra a tese com as considerações finais e a apresentação de singela proposta de aprimoramento da legislação societária.

Palavras chave: Sociedade anônima. Acionistas. Deveres. Boa-fé. Boa-fé objetiva. Lealdade. Relação societária. Dever de lealdade.

ABSTRACT

AMARAL, José Romeu Garcia do. *The Duty of Loyalty of Shareholders in Corporations*. (433 p.). Doctorate Thesis: School of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The subject developed in this thesis refers to the duty of loyalty of shareholders in corporations. Shareholders, from the acquisition of shares, are subject to the corporate law framework and fit into a legal situation capable of qualifying as position or state (the *status socii*), covering active (rights and powers) and passive (duties, bonds and subjecting) components. The duty of loyalty, therefore, belongs to the passive components of the legal position and impregnate the relations among the shareholders and among them and the company, being based in an objective *bona fides* (arts. 113, 187 and 422 of Civil Code). About rights and powers much has been studied, however little attention was given to the duties of shareholders. In Brazil, this theme was not subject of a specific monographic study. Thus, the thesis intends to systematize the subject and to provide an original contribution to its development. Divided into five parts, the first presents the fundamentals of the duty of loyalty, covering the notion of loyalty, the corporate relationship and its elements, the legal situation of a shareholder, the theme development in foreign law and its normative sources. The second identifies the general mentioned of the duty of loyalty in the companies, highlighting their function and typology (positive and negative duties of loyalty). In the third, it addresses the specific situations of its enforcement, according to the legal shareholder qualification (controlling or non-controlling). The fourth part addresses the responsibility of a shareholder and the legal consequences of breaching the duty of loyalty. The fifth and last part concludes the thesis with the final considerations and the presentation of a proposal for the improvement of the corporate law.

Key words: Corporation. Shareholders. Duties. Fair Dealing. Objective bona fides. Loyalty. Corporate relationship. Duty of loyalty.

RÉSUMÉ

AMARAL, José Romeu Garcia, do. *Devoir de Loyauté des Actionnaires dans les Sociétés Anonymes*. (433 p.). Thèse de Doctorat : Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2020.

Le thème développé dans la thèse traite du devoir de loyauté des actionnaires dans les sociétés anonymes. Les actionnaires, à partir de l'acquisition de la participation sociale, entrent dans l'ordonnancement sociétaire et s'encadrent dans une situation juridique que l'on pourrait qualifier comme position ou état (le *status socii*), comprenant des éléments actifs (droits et pouvoirs) et passifs (devoirs, obligations et servitudes). Dès lors, le devoir de loyauté appartient aux éléments passifs de la position juridique et imprègne les relations entre les actionnaires et entre ceux-ci et la compagnie, sur base de la bonne foi objective (arts. 113, 187 et 422 du CC). Beaucoup d'études ont été réalisées sur les droits et les pouvoirs, mais peu d'attention a été accordée aux devoirs des actionnaires. Au Brésil, ce thème n'a pas fait l'objet d'une étude monographique spécifique. La thèse se propose de systématiser la matière et d'offrir une contribution originale à son développement. Elle se divise en cinq parties : la première présente les fondements du devoir de loyauté, en abordant la notion de loyauté, les relations sociétaires et leurs éléments, la situation juridique de l'actionnaire, le développement du thème dans le droit étranger et ses sources normatives. La seconde partie identifie l'énoncé général du devoir de loyauté dans les compagnies, avec l'accent sur sa fonction et sa typologie (devoirs de loyauté positifs et négatifs). La troisième partie aborde les situations spécifiques de son application, selon la qualification juridique de l'actionnaire (contrôleur ou non). La quatrième partie traite de la responsabilité de l'actionnaire et des conséquences juridiques découlant du viol du devoir de loyauté. La cinquième et dernière partie clôture la thèse avec les considérations finales et la présentation d'une simple proposition de perfectionnement de la législation sociétaire.

Mots-clés : Société anonyme. Actionnaires. Devoirs. Bonne foi. Bonne foi objective. Loyauté. Relation sociétaire. Devoir de loyauté.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	3
ABREVIATURAS	11
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Estudo sobre a lealdade dos acionistas	13
1.2. Importância da análise do dever de lealdade dos acionistas nas sociedades anônimas	23
1.3. Contribuição original para o estudo do tema	27
1.4. Organização e divisão proposta para a tese	33
PARTE I – FUNDAMENTOS DO DEVER DE LEALDADE	35
2. A LEALDADE: CONCEITO E DELIMITAÇÃO	35
2.1. Contexto social da lealdade	35
2.2. Contexto jurídico da lealdade	42
2.2.1. A lealdade no direito internacional	45
2.2.2. A lealdade no plano constitucional: eixo do sistema jurídico	50
2.2.3. A lealdade no direito privado	53
3. A RELAÇÃO SOCIETÁRIA NAS COMPANHIAS	73
3.1. Contrato de sociedade e relação societária	73
3.2. Vínculos obrigacionais societários e os deveres de conduta	84
3.3. Escopo ou fim comum: elemento causal ou finalístico	91
3.4. Interesse social na relação societária	95
3.5. Cooperação ou colaboração: elemento central da organização societária	109
3.6. Situação jurídica do acionista	112
3.7. Componentes ativos da posição jurídica de acionista: direitos e poderes	117
3.8. Componentes passivos da posição jurídica de acionista: obrigações e deveres	123
4. LEALDADE SOCIETÁRIA: COORDENADAS GERAIS	131
4.1. Boa-fé objetiva nas relações societárias: a <i>bona fides societatis</i>	131
4.2. Dever de lealdade como princípio estruturante e cláusula geral do direito societário	140
4.3. Vínculos de lealdade	148
4.3.1. Vínculo de lealdade entre os acionistas	152
4.3.2. Vínculo de lealdade entre o acionista e a companhia	157

4.4.	Estrutura real da companhia e o dever de lealdade.....	159
4.5.	Lealdade como dever de atuação compatível com o interesse da companhia	160
5.	DESENVOLVIMENTO DO DEVER DE LEALDADE NO DIREITO ESTRANGEIRO	163
5.1.	Dever de lealdade no direito norte-americano.....	163
5.2.	Dever de lealdade no direito inglês	172
5.3.	Dever de lealdade no direito alemão	187
5.4.	Dever de lealdade no direito português	198
5.5.	Dever de lealdade no direito italiano	203
5.6.	Dever de lealdade no direito francês	210
5.7.	Dever de lealdade no direito espanhol.....	216
6.	FONTES NORMATIVAS DO DEVER DE LEALDADE.....	222
6.1.	Código Civil	222
6.2.	LSA	227
6.3.	Atos Normativos do CMN e CVM.....	229
6.4.	Estatutos e Acordos de Acionistas	230

PARTE II – DEVER DE LEALDADE NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS:

ENUNCIADO GERAL.....		233
7.	INTRODUÇÃO.....	233
7.1.	Há dever geral de lealdade nas companhias?	233
7.2.	Evolução do tema na doutrina e o reconhecimento do dever de lealdade	236
8.	FUNÇÃO E CARÁTER DÚPLICE DO DEVER GERAL DE LEALDADE	242
8.1.	Função do dever geral de lealdade	242
8.2.	Dever de atuação compatível com o interesse da companhia e o fim social	244
8.3.	Dever de não causar dano à companhia ou a outros acionistas	246
9.	TIPOLOGIA: DEVERES DE LEALDADE POSITIVOS E NEGATIVOS	252
9.1.	Deveres de lealdade positivos	253
9.1.1.	Dever de votar no interesse da companhia	253
9.1.2.	Dever de coerência (evitar o <i>venire contra factum proprium</i>)	259
9.1.3.	Dever de informar	261
9.2.	Deveres de lealdade negativos.....	265
9.2.1.	Dever de evitar o aproveitamento de oportunidades negociais da companhia (<i>corporate opportuniy doctrine</i>)......	265
9.2.2.	Dever de evitar situações de conflito de interesses prejudiciais à companhia	269
9.2.3.	Dever de não concorrer com a companhia	273

9.2.4.	Dever de evitar o exercício abusivo do direito de fiscalização, inspeção ou solicitação de informações	278
9.2.5.	Dever de evitar a obtenção de vantagem indevida ou o favorecimento pessoal	280
10.	DEVER DE LEALDADE NAS RELAÇÕES QUE ANTECEDEM A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA	286
10.1.	Extensão do dever de lealdade às relações que antecedem a formação do vínculo societário nas companhias	286
10.2.	Caso <i>Gibson Motorsport</i> e os deveres de colaboração e de lealdade pré-contratuais	296
10.3.	Dever de lealdade na promessa de subscrição	299
11.	MODULAÇÃO NEGOCIAL DO DEVER DE LEALDADE	301
11.1.	Problema apresentado	301
11.2.	A solução possível	302
	PARTE III – DEVERES DE LEALDADE DOS ACIONISTAS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS	305
12.	DEVERES DE LEALDADE ESPECÍFICOS DO ACIONISTA CONTROLADOR	305
12.1.	Acionista controlador: conceito legal	305
12.2.	Características dos deveres de lealdade do acionista controlador	307
12.3.	A regra geral contida no <i>caput</i> do art. 117 da LSA	314
12.4.	O rol exemplificativo do art. 117, §1º, da LSA	316
12.5.	As hipóteses previstas na Instrução CVM 323, de 2000	344
12.6.	Os exemplos do art. 15 (revogado) da Instrução 319, de 1999	363
12.7.	Dever positivo de maximização do valor das ações dos acionistas não controladores em alienação do controle	365
13.	DEVERES DE LEALDADE ESPECÍFICOS DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	369
13.1.	Introdução	369
13.2.	Minoria: conceito	371
13.3.	Abuso de minoria, proteção à maioria e o dever de lealdade	374
13.4.	Dever de não bloquear os órgãos sociais: o anti obstrucionismo	376
13.5.	Dever de não se opor abusivamente: o ativismo equilibrado	379
13.6.	Dever de não exercer abusivamente o poder de veto	381
	PARTE IV – VIOLAÇÃO DO DEVER DE LEALDADE: RESPONSABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	389
14.	ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE DO ACIONISTA	389

15.	RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DO DEVER DE LEALDADE.....	394
15.1.	Invalidade das deliberações assembleares	394
15.2.	Reparação dos danos – ação indenizatória	400
15.3.	Suspensão do exercício de direitos do acionista.....	401
16.	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA POR VIOLAÇÃO AO DEVER DE LEALDADE	405
 PARTE V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		409
17.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	409
17.1.	Observações finais e teses	409
17.2.	Dever de lealdade: aprimoramento da legislação	414
 BIBLIOGRAFIA		419

ABREVIATURAS

A

AktG	- Aktiengesetz de 1965 (Lei acionária alemã de 1965)
------	--

B

B3	- B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
BGB	- Bürgerliches Gesetzbuch (Código Civil alemão) (Lei Imperial de 18 de agosto de 1896; conforme versão promulgada em 2 de janeiro de 2002 e última alteração promulgada em 1º de outubro de 2013).
BOHG	- <i>Bundesoberhandelsgericht</i> (Tribunal Comercial Superior da União, criado em Lúpsia, em 1869, à época da Confederação Alemã do Norte).
BGH	- <i>Bundesgerichtshof</i> (Supremo Tribunal Federal da República Federal da Alemanha). É a mais alta corte de justiça da Federação Alemã, criada em 1º de outubro de 1950.

C

CA 2006	- UK Companies Act 2006 (Lei acionária do Reino Unido, de 2006).
CC 2002	- Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)
CC 1916	- Código Civil brasileiro revogado (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916)
CCit	- Código Civil italiano (Real Decreto nº 262, de 16 de março de 1942, em vigor desde 19 de abril de 1942)
CCfr	- Código Civil francês (versão em vigor em 17 de janeiro de 2020)
CCpt	- Código Civil português (Decreto Lei nº 47344, de 25 de novembro de 1966, sucessivamente alterado, atualmente em sua 78ª versão, conforme Lei nº 85, de 3 de setembro de 2019).
CCom	- Código Comercial brasileiro (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850)
cic	- <i>Culpa in contrahendo</i>
CISG	- Convenção das Nações Unidas para a Venda Internacional de Mercadorias, firmada pelo Brasil em Viena, em 11 de abril de 1980, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 538, de 18 de outubro de 2012, e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 8.327, de 16 de outubro de 2014.
CJF	- Conselho da Justiça Federal
CRSFN	- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
CSC	- Código das Sociedades Comerciais português (Decreto Lei nº 262, de 2 de setembro de 1986, sucessivamente alterado, atualmente em sua 50ª versão, conforme Lei nº 49, de 14 de agosto de 2018).
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários

H

HGB	- (Código Comercial alemão)
-----	-----------------------------

L

LSA	- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
LSC	- Ley de Sociedades de Capital espanhola (Decreto Real Legislativo nº 1/2010, de 2 de julho).
Lei da CVM	- Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei da Liberdade Econômica	- Lei nº 13.874, de 2019.

P

PDEC	- Princípios de Direito Europeu dos Contratos.
------	--

R

RG	- <i>Reichsgericht</i> (Tribunal Superior do Império Alemão), com sede em Lúpsia, foi a corte suprema alemã em matéria civil e criminal, no período de 1879 a 1945. Incorporou o ROHG e perdurou até a criação do BGH, em 1950.
ROHG	- <i>Reichsoberhandelsgericht</i> (Tribunal Comercial Superior do Império Alemão), nova denominação atribuída ao BOHG, em 1871. Perdurou até a sua incorporação pelo RG, em 1º de outubro de 1879.

S

STS	- <i>Sala do Tribunal Supremo</i> espanhol.
UNCITRAL	- Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional.

-

1. INTRODUÇÃO

“A lealdade nasceria diretamente do povo, sendo, então, objeto da Moral e da Filosofia e, ainda, da clarificação jurídica. A lealdade está enraizada na consciência de cada um, dirigindo-se ao outro. Sem ela, aliás, a vida em comunidade nem seria possível: ela dá firmeza às relações jurídicas.”

Erich Fechner¹

1.1. Estudo sobre a lealdade dos acionistas

Esta tese se propõe a investigar o dever de lealdade dos acionistas nas sociedades anônimas, tendo como ponto central a problemática sobre a existência ou não de um dever geral de lealdade aplicável a todos os acionistas, e não apenas ao controlador, bem como a necessidade de se delimitar o conceito e a aplicação deste instituto nas relações societárias.

Leva-se em conta, neste trabalho, a função das construções lógico-dogmáticas, conforme lição de Ascarelli, que se justifica na “necessidade imprescindível de entender e ordenar as variadas condutas humanas em relação às diversas normas jurídicas² e de ordená-las para a solução de casos que, assim, se apresentam logicamente coordenadas”, servindo de instrumento de compreensão, evolução e aplicação do direito, que, neste último caso, assenta-se sobre o alicerce da certeza e uniformidade. Com isto, “para alcançar maior justiça e certeza”, deve prosseguir o jurista, continuamente, a elaborar certos padrões de conduta (*standards of conduct*) que facilitam a compreensão do direito, a partir de “critérios mais precisos e constantemente desenvolvidos à vista de novas exigências e de novos problemas”.³

¹ *Apud* MENEZES CORDEIRO, António. *Manual de Direito das Sociedades*. Vol. II. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2007, p. 572.

² Norma jurídica aqui entendida não só como aquelas expressamente previstas em lei, mas também as que decorrem de normas não escritas, como os princípios e as cláusulas gerais.

³ ASCARELLI, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. 2ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1969, pp. 76-77. Enfatiza o exímio jurista ítalo-brasileiro, na obra citada (p. 78), que “a solução de qualquer problema social tem sempre e necessariamente um aspecto jurídico, ou seja, sempre e necessariamente

Nesse caminho, de busca da certeza e uniformidade, deve-se organizar e ordenar tecnicamente os institutos jurídicos – ou, previamente, reconhecê-los como tal -, permitindo a sua compreensão e o consequente funcionamento regular e eficiente, com vistas ao atingimento de seu fim, sempre “do modo mais simples, e menos custoso socialmente.”⁴

Dirigindo-se ao nosso tema, os acionistas, a partir da aquisição da participação social, ingressam no ordenamento societário⁵ e enquadram-se em uma situação jurídica capaz de qualificar-se como posição ou estado (o *status socii*). Esta posição jurídica possui componentes ativos (direitos e poderes) e passivos (deveres, obrigações e sujeições),⁶ sendo que, nestes últimos, derivam vinculações legais ou negociais que impregnam as relações entre os acionistas e entre estes e a companhia, como ressalta Pedro Pais de Vasconcellos.⁷

Muito se estudou, e ainda se estuda, sobre os direitos e poderes dos acionistas – os componentes ativos da posição jurídica -, enquanto direitos subjetivos que emergem da participação social. Porém, pouca atenção foi dada aos componentes passivos da posição jurídica e aos respectivos deveres, em especial ao dever de lealdade, tanto na doutrina como em nossa legislação societária. Marcelo von Adamek externaliza essa preocupação ao anotar que, “de maneira geral, o direito societário brasileiro claudica gravemente ao não prever, de maneira ordenada e clara, os deveres dos sócios: as nossas leis esmeram-se em enunciar os direitos e poderes, mas se esquecem da contrapartida devida pelo sócio.”⁸

Os trabalhos mais relevantes na doutrina nacional centram a atenção no aproveitamento de oportunidades negociais pelo acionista controlador e se escoram na conexão existente entre o poder de controle e o dever de lealdade, sendo este visto como um

se exprime por meio de normas, sentenças, contratos, e assim por diante: sempre e necessariamente, por meio de um tecnicismo jurídico, no molde de esquemas jurídicos.”

⁴ Tullio Ascarelli, ob., cit., p. 79.

⁵ Segundo o jurista italiano Alessandro Bertini, em obra de referência sobre a situação jurídica do acionista, a sociedade anônima constitui um ordenamento jurídico complexo, derivado, não originário, e autônomo, consistindo em um grupo de normas que visam a tutela de interesses diversos (p. ex., interesse coletivo dos acionistas, interesse individual do acionista, interesse dos credores etc.) (BERTINI, Alessandro. *Contributo Allo Studio Delle Situazioni Giuridiche Degli Azionisti*. Milão: Giuffrè, 1951, pp. 6-8).

⁶ Ascarelli afirma que “todas as partes de um contrato plurilateral são titulares de direitos e de obrigações” (*Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. São Paulo: Quorum, 2008, p. 389).

⁷ *A participação social nas sociedades comerciais*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2006, sendo os componentes ativos tratados nas pp. 69 e ss. e os componentes passivos, nas pp. 255 e ss.

⁸ ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Abuso de Minoria em Direito Societário*. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 161, nota de rodapé 53.

freio ou balizador do exercício daquele poder.⁹

É inegável a importância dos componentes passivos da posição jurídica do acionista, assim reconhecida pela doutrina estrangeira e por alguns juristas brasileiros, não apenas no que toca às vinculações patrimoniais (de realização das entradas na constituição da companhia ou de integralização de subscrições de ações, posteriores à constituição, em aumentos de capital), mas também no que se refere aos deveres de lealdade, “que se traduzem em prosseguir o interesse social, não sobrepor o interesse pessoal ao da sociedade, causando-lhe dano, de não lhe fazer concorrência, de aceitar a investidura em cargos sociais e exercê-los”¹⁰, entre outras aplicações.

Nitidamente, o acionista viola o dever de lealdade quando age em situação de conflito de interesses com a companhia ou exerce o seu poder de controle de maneira abusiva. Estas são algumas das hipóteses em que o dever de lealdade permeia a relação societária e exige retidão (“*correttezza*”)¹¹ na conduta do acionista, independentemente da posição que exerça, isto é, seja ele controlador ou não. Obviamente que a posição de controle expõe o acionista a uma maior intensidade em seus deveres societários. O controlador, ao se qualificar para tanto, passa a usufruir de certos poderes e, em contrapartida, a sujeitar-se a deveres decorrentes de uma relação fiduciária.¹²

⁹ Cf. *Aproveitamento de oportunidades comerciais da companhia pelo acionista controlador (Corporate Opportunity Doctrine)*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. e ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). *Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães*. São Paulo: Malheiros, 2014, pp. 89-90.

¹⁰ Pedro Pais de Vasconcellos, ob. cit., p. 255.

¹¹ Palavra italiana utilizada para expressar correção da parte em uma relação jurídica (comportamento ilibado, honesto, incorrupto etc.), exigência que advém do dever de boa-fé ou lealdade. No direito italiano, a “*regola della correttezza*” exprime um princípio geral proveniente dos arts. 1.175 e 1.375 do CCit, conforme ensina Ugo Natoli (*La Regola Della Correttezza e L’Attuazione del Rapporto Obbligatorio*. In: *Studi Sulla Buona Fede*. Publicação da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Pisa. Milão: Giuffrè, 1975, p. 129). Francesco Gazzoni explica que a regra fundamental contida no art. 1.175 do CCit. exige que a parte se comporte “*secondo le regole della correttezza nello svolgimento del rapporto obbligatorio*” (*Manuale di Diritto Privato*. 5ª ed. Nápoles: Scientifiche Italiane, 1994, p. 530). Tal critério de valoração do comportamento das partes em uma relação obrigacional foi transposto para o direito societário e consagrado em diversos trabalhos da doutrina italiana. Cf. sobre o tema, por exemplo, GAMBINO, Agostino. *Il Principio di Correttezza nell’Ordinamento delle Società per Azioni (Abuso di Potere nel Procedimento Assembleare)*. Milão: Giuffrè, 1987. Há prevalecido na doutrina italiana o entendimento unânime de que *buona fede* e *correttezza* exprimem o mesmo conceito. (Cf. PIRAINO, Fabrizio. *La Buona Fede in Senso Oggettivo*. Turim: Giappichelli Editore, 2015, p. 11).

¹² Para a doutrina, a LSA (mais precisamente no art. 116) “presumiu a existência de uma relação fiduciária entre o acionista controlador e os demais grupos de interesses que gravitam em torno da companhia (...)” (EIZIRIK, Nelson. *Aquisição de Controle Minoritário. Inexigibilidade de Oferta Pública*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; AZEVEDO, Luís André N. de Moura (Coord.). *Poder de Controle e Outros Temas de Direito Societário e Mercado de Capitais*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 181).

Mais do que isso, com base no clássico caso *Meinhard v Salmon*, julgado em 1928, o sócio viola o seu dever de lealdade quando não divulga aos demais sócios uma oportunidade de renovar a locação do imóvel no qual a sociedade exerce a sua atividade. Neste caso, o sócio violou seu dever de lealdade em face dos demais sócios, e não em relação à sociedade, reconhecendo que “*co-adventurers in a business owe to each other the ‘punctilio of an honor the most sensitive’*”.¹³

Há diversos estudos sobre o uso do poder de controle pelo acionista em situações que afetam os acionistas minoritários. Johnson, La Porta e outros usam o termo *tunneling*,¹⁴ originalmente criado na República Tcheca (o acionista majoritário desviava ativos da companhia por meio de um túnel subterrâneo), para se referir aos casos de desvio de recursos sociais, seja sob a forma de transferência de ativos, seja por meio da distribuição de dividendos (disfarçada ou desproporcional), em favor do controlador. Os economistas, por sua vez, denominam os benefícios extraídos da posição majoritária como “*private benefits of control*”.¹⁵

Em muitos países, a solução adotada para lidar com o abuso da posição dominante perpassa sobre a construção de um determinado padrão de conduta do acionista, considerando valores intrínsecos ou inatos à relação societária, em seu relacionamento com os demais acionistas e a companhia e, em certos casos, limitadores do uso desse poder de maneira discricionária.¹⁶ Por outro lado, muito se discute sobre a necessidade de sopesamento entre a imposição de limites ao poder de controle e a necessária flexibilidade que esse poder exige para, de certo modo, comandar a orientação e direção da atividade empresarial. O balanceamento entre os deveres e o exercício do poder de controle é de extrema importância para, de um lado, proteger os demais acionistas e, de outro, não desencorajar aqueles que pretendem se tornar acionistas majoritários, que afinal acreditaram no potencial da empresa ao destinarem parcela significativa de seus recursos para a aquisição do controle, ao invés de diversificarem seus investimentos em várias empresas.¹⁷

¹³ VENTORUZZO, Marco et al. *Comparative Case Law*. Saint Paul: West Academic, 2015, p. 327.

¹⁴ JOHNSON, Simon et al. *Tunneling*. The American Economic Review, Vol. 90, n. 2, p. 22–27, 2000.

¹⁵ FAN, Chunyan. *Bringing Controlling Shareholders to Court. Standard-Based Strategies and Controlling Shareholders Opportunism*. Haia: Eleven International Publishing, 2013, p. 2. Vide também GILSON, Ronald J.; GORDON, Jeffrey N. *Controlling Controlling Shareholders*. University of Pennsylvania Law Review, Vol. 152, n. 2, p. 785–843, 2003.

¹⁶ *Ibidem*, p. 3.

¹⁷ Chunyan Fan, ob. cit., p. 5.

É de se ressaltar, ademais, que as teorias do excesso de poder ou desvio de finalidade e do abuso do direito entraram em decadência diante do resgate da boa-fé objetiva, como instrumento balizador das condutas, e de sua aplicação ao direito societário. Essa substituição também se deu em virtude das imprecisões daquelas teorias para lidar com a casuística desse ramo do direito.¹⁸

No direito estrangeiro, a construção de um padrão ou *standard* de conduta dos acionistas, em especial dos controladores, parte dos casos de violação dos deveres fiduciários dos administradores, em especial daqueles julgados pelos tribunais norte-americanos, cuja cultura “litigiosa” facilita a difusão de casos práticos sobre a violação de tais deveres.¹⁹

Por sua vez, Marcelo von Adamek ensina que “o moderno direito societário alemão distingue-se de todos os demais, por nele estarem os diversos institutos solidamente estruturados sobre os conceitos fundamentais (e funcionais!) de fim social (ou fim comum) e dever de lealdade”.²⁰ A lealdade, como valor ético-jurídico, exige tanto do administrador como do acionista uma conduta, comissiva ou omissiva, pautada no dever de agir com boa-fé²¹ e equidade.

¹⁸ As teorias do abuso do direito e do excesso de poder ou desvio de finalidade também não são aptas “a regular, de maneira completa, as situações características de *abuso de minoria* em direito societário” (cf. Marcelo von Adamek, ob. cit., pp. 169-173).

¹⁹ “*It is also the jurisdiction that most actively uses judicial review to protect minority shareholders and it has developed the most sophisticated standard-based strategy in the regulation of controlling shareholder opportunism*” (Chunyan Fan, ob. cit., p. 7).

²⁰ Ob. cit., p. 98.

²¹ A expressão “boa-fé”, com hífen, consta no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), em sua quinta edição (2009), publicado pela Academia Brasileira de Letras (Disponível em: <http://academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 23/08/2019). Diferentemente, em algumas obras portuguesas, notamos que a referida expressão vem grafada sem hífen (“boa fé”). Preferimos adotar neste trabalho a grafia do VOLP, que também é adotada pelos dicionários brasileiros. Com relação ao seu significado, de acordo com o Dicionário Houaiss, significa “s.f. **1.** retidão ou pureza de intenções; sinceridade **2.** convicção de agir ou portar-se com justiça e lealdade com relação a alguém, a determinados princípios etc. **3.** respeito ou fidelidade às exigências da honestidade ou do que é considerado direito; lisura **4.** JUR estado de consciência de quem crê, por erro ou equívoco, que age com correção e em conformidade com o direito, podendo ser levado a ter seus interesses prejudicados [configura uma circunstância que a lei leva em conta para proteger o faltoso das consequências da irregularidade cometida] cf. *abofé, bofé* **b. contratual** JUR sinceridade ao contratar (significando que as partes devem agir com idoneidade, correção e honestidade, como base de confiança recíproca) • à **b.1** com sinceridade ou honestidade; francamente **2** por certo, em verdade, com certeza • **de b.** com pureza de intenções, sem dolo; conforme com a sua consciência ou sua noção do que é correto; francamente, *bona fide*. GRAM pl.: *boas-fés* SIN/VAR ver antonímia de *ardil* ANT dolo, má-fé; ver tb. Sinonímia de *ardil*. (HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 470). O Dicionário Aurélio a define da seguinte forma: “boa-fé. [De *boa* + *fé*] **S. f. 1.** Certeza de agir com o amparo da lei, ou sem ofensa a ela. **2.** Ausência de intenção dolosa. **3.** Sinceridade, lisura; (...)”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 309).

A doutrina alemã foi a que mais se debruçou sobre a problemática dos deveres de lealdade. Fala-se, inclusive, em um Direito consuetudinário em virtude da “particular atenção aos valores comunicados através da boa-fé”.²² Por essa razão este trabalho se debruça detidamente sobre a aplicação da boa-fé objetiva, enquanto princípio e cláusula geral informadora da lealdade, como parâmetros de verificação das boas condutas de convivência no âmbito das relações societárias, levando em conta todas as suas nuances e particularidades.

Não há dúvida, a nosso ver, de que o acionista, seja detentor do poder de controle ou não, como se demonstrará ao longo deste trabalho, deve observar um determinado padrão de conduta, inspirado em valores ético-jurídicos que alicerçam a convivência recíproca em uma organização ou comunhão de interesses. No entanto, este dever de agir não é exclusivo do controlador, espraiando-se para todas as relações societárias. Assim, é de se reconhecer, desde o início, que o dever de lealdade constitui “a gênese da relação comunitária” e, por consequência, orienta a conduta das partes em todo o processo relacional.²³

Assim, algumas questões se colocam e se pretendem ver respondidas neste trabalho: (i) quais são as fontes normativas do dever de lealdade nas companhias? (ii) há deveres gerais de lealdade a serem observados por todos os acionistas? (iii) quais são as funções do dever de lealdade? (iv) quais são os contornos, características e tipologias dos deveres de lealdade? (v) há deveres de lealdade nas relações que antecedem a constituição da companhia? (vi) é possível modular os deveres societários de lealdade nos estatutos ou acordos de acionistas? (vii) há deveres de lealdade específicos a depender da qualificação jurídica do acionista (controladores e não controladores); e (viii) quais são os remédios que devem ser aplicados em casos de violação do dever de lealdade?

Ainda, com um olhar mais detido sobre o direito societário brasileiro, pretende-se examinar a aplicação de certas regras e princípios do direito civil às relações societárias, tendo em conta a unificação do direito privado, em especial aquelas relacionadas

²² Menezes Cordeiro, ob. cit. (*Manual ...*, Vol. II), p. 574.

²³ TRIUNFANTE, Armando Manuel. *A tutela das minorias nas sociedades anônimas: direitos de minoria qualificada, abuso de direito*. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2004, p. 179.

às condutas das partes em um negócio jurídico, tal como a boa-fé objetiva²⁴, que se projeta sobre a conduta dos participantes de uma determinada relação jurídica e tem por função assegurar a lealdade das partes em seus relacionamentos e, conseqüentemente, equalizar o ambiente social e jurídico. Essa análise, a nosso ver, é fundamental para se chegar ao fundamento do dever de lealdade nas relações societárias, não apenas em função do exercício abusivo do poder de controle, mas, além disso, como balizador - e até mesmo limitador - dos poderes e direitos dos acionistas, inclusive dos minoritários.

No direito português, usa-se a boa fé e o instituto do abuso do direito para corrigir eventuais falhas ou falta de harmonia do sistema. Além disso, em virtude da ausência de um “relacionamento-fonte” para justificar a tutela da confiança, parte da doutrina portuguesa afirma ser difícil “construir vínculos que justifiquem deveres *praeter legem*”²⁵ e, assim, consideram a influência do princípio da igualdade de tratamento sobre o dever de lealdade societário. O princípio da isonomia até poderia ser útil para tutelar a minoria, porém, apresenta inúmeras desvantagens em sua aplicação prática: seja porque a própria lei não observa a igualdade em certos casos; seja porque a igualdade formal assegurada não soluciona determinadas situações prejudiciais a alguns sócios; ou seja porque há um simulacro dos acionistas majoritários, que assumem prejuízos em conjunto com a minoria para enfraquecê-la e dar causa ao chamado *squeezeout*.²⁶

Outra parte da doutrina portuguesa defende que o dever de lealdade seria o dever fiduciário por excelência (equivalente ao dever de atuação conforme o interesse social).²⁷ Mostram, ainda, que há discussão sobre o fundamento da lealdade, ora sustentado

²⁴ Art. 422 do Código Civil: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.”

²⁵ Menezes Cordeiro, ob. cit., p. 575.

²⁶ Herbert Wiedemann, citado por Marcelo von Adamek, apresenta as seguintes situações: “(1º) por vezes, a própria lei quebra o princípio da igualdade, ao autorizar, p. ex., que a totalidade dos cargos sociais sejam ocupados pela maioria, muito embora isso traga vantagens só para esta, ou permita diversas alterações estruturais ou providências que podem beneficiá-la; (2º) a proibição de discriminação cai no vazio quando a igualdade formal é garantida, mas não obstante, em razão da estrutura social, alguns sócios são prejudicados (p.ex., numa sociedade anônima é deliberado o grupamento de ações na proporção de 10 para 1; quem possui menos de 10 ações perde a qualidade de sócio), hipótese em que não se pode controlar tal deliberação aplicando-se o princípio da igualdade de tratamento; e, por fim, (3º) a maioria também pode, em determinados casos, suportar intencionalmente perdas proporcionais aos demais, por determinado tempo, a fim de lesar a minoria (*squeezeout*), ou porque é considerada externamente; nesses casos, também o princípio da igualdade de tratamento falha completamente. Bem por isso, a igualdade de tratamento precisa ser conjugada com o dever de lealdade” (*Abuso de Minoria em Direito Societário*. São Paulo: Malheiros, 2014, pp. 110-111).

²⁷ É de Coutinho de Abreu a aplicação do dever de lealdade como dever de atuação conforme o interesse social perante a sociedade e entre os sócios. (*Curso de Direito Comercial*. Vol. II. 5ª ed. Coimbra, Almedina, 2016, p. 286).

na boa-fé (de acordo com o disposto no artigo 762.º/2 do CC), ora “na dimensão fiduciária das relações de confiança”²⁸.

Mais do que isso, como bem ressaltou Marcelo von Adamek ao analisar a experiência alemã, o dever de lealdade deveria ser alçado à categoria de princípio estruturante – também no direito societário brasileiro -, capaz de “balizar a aplicação e a estruturação dos demais institutos”.²⁹

Nesse sentido, buscar-se-á examinar se os deveres de lealdade seriam apenas imputados ao acionista controlador ou se também seriam aplicáveis aos demais acionistas, de modo geral, como já dito. Na prática, pode ocorrer de o acionista minoritário ter que votar em deliberação em que o controlador não pode votar, seja qual for o motivo do impedimento. Teria ele, consequentemente, os mesmos deveres e responsabilidades do acionista titular do poder de controle?

O dever de lealdade não diz respeito apenas à relativização do poder de controle, mas, também, pode ser empregado nas relações entabuladas com a companhia e com os demais acionistas, protegendo-os do exercício abusivo dos poderes e direitos. A existência do poder de controle, por outro lado, potencializa esse dever, exigindo elevado padrão de conduta do acionista controlador, em virtude da posição fiduciária, sendo certo que a lei e a CVM, no caso das companhias abertas, estabelecem diversas modalidades de deveres específicos do controlador, os quais serão analisados detidamente neste trabalho.

Há, na prática, exemplos em que o acionista não controlador pode estar sujeito ao dever de lealdade, mesmo não se qualificando como controlador, como, por exemplo, nos arranjos contratuais que estabelecem que um determinado acionista (fundo de *private equity*, banco de fomento, etc.) ficará responsável pela gestão financeira da companhia. Tal situação também se apresenta nos acordos que atribuem ao acionista não controlador um direito de veto em determinadas matérias. Neste caso, o acionista também estaria sujeito ao dever de lealdade? Ou seja, ao exercer esse direito de veto e impedir, por exemplo, a capitalização da sociedade em difícil situação financeira ou impedir a alienação

²⁸ MENEZES CORDEIRO, A. Barreto. *Direito dos Valores Mobiliários*. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2015, p. 307.

²⁹ Ob. cit., p. 98.

do controle para empresa concorrente, o acionista não controlador violaria tal dever? Quais interesses devem ser protegidos em tais casos?

Ainda, a doutrina sustenta que o dever de lealdade não serve apenas para dar guarida aos interesses dos minoritários, visto tratar-se de uma “geral ponderação e delimitação de interesses e poderes de sócio”.³⁰ Além do mais, “os poderes individuais de sócio e os direitos de minoria não devem ser exercidos de maneira desleal e, desta maneira, usados de forma abusiva.”³¹ Assim, o dever de lealdade também teria como função proteger o acionista controlador dos abusos da minoria.

Por essa razão, faremos a análise completa das relações entabuladas pelos acionistas no âmbito da relação societária *lato sensu*, ou seja, tanto a relação que se estabelece entre ele e a companhia em decorrência da assunção da posição ou *status* de acionista, considerando o vínculo contratual estatutário, e a relação decorrente de acordos parassociais, considerando os vínculos contratuais não estatutários, que passa a existir entre aqueles que aderem a um acordo de acionistas.

Examinaremos, também, o dever de lealdade como balizador para o exame de conflitos nas relações societárias, tendo em conta o delineamento dos comandos provenientes desse dever, como nos ensina Menezes Cordeiro, exigindo-se “*que se mantenha uma postura coerente, evitando condutas sinuosas, que prejudiquem a outra parte; que se atente na materialidade das condutas, prevenindo atuações que, embora formalmente corretas, o não sejam, em última instância; que não se levem a cabo atuações laterais que prejudiquem o núcleo da situação (v.g. concorrência); que se mantenha a outra parte informada de tudo quanto possa relevar para a situação nuclear.*”³²

Ainda, pretende-se abordar o extenso trabalho da doutrina alemã para se chegar aos fundamentos de validade do dever de lealdade societário.³³

³⁰ *Ibidem*, p. 58.

³¹ *Ibidem*, pp. 58-59.

³² Ob. cit. (*Manual ...*, Vol. II), p. 572.

³³ Anota Marcelo von Adamek (Ob. cit., p. 114): “Marcus Lutter destaca que o fundamento do dever de lealdade não demanda investigação, tendo em vista que, na atualidade, se entende, de forma pacífica, que se cuida de ‘princípio *a priori* existentes de direito das organizações societárias ou – nas palavras passadas de mais de 30 anos de Walter Stimpel – estabelecido como cláusula-geral judicial não escrita’.”

Além do direito alemão, outros países europeus também passaram a abordar esse dever nas relações societárias. No direito espanhol os acionistas possuem deveres de integralizar o capital social³⁴ e de fidelidade³⁵. A fidelidade exige o comportamento leal frente à sociedade, de modo a proteger os fins sociais e de evitar atuação que seja prejudicial aos interesses sociais. Ainda, de acordo com Calero e Guilarte, o dever de fidelidade manifesta-se concretamente nos casos em que não há o exercício do direito de voto pelo sócio, seguindo a tendência de verificação das situações de conflito de interesses nas relações entre a sociedade e seus sócios.³⁶

A evolução doutrinária também é constatada no direito português. Apesar de o sistema jurídico daquele país se valer dos institutos da boa-fé e do abuso do direito, bem como do artigo 58.º/1 do Código das Sociedades Comerciais, para estabilizar as relações societárias em desarmonia,³⁷ como já referimos, a doutrina mais recente reconhece o dever de lealdade nas “relações de socialidade entre sócio e sociedade, nas sociedades de pessoas mas mesmo nas sociedades de capitais”; tais vínculos criam uma “ligação especial” entre os sócios e entre estes e a sociedade, sendo “componente inalienável do *status socii*, seja qual for o tipo social considerado”.³⁸

Karsten Sørensen, em artigo sobre o dever de lealdade como um possível remédio para os conflitos em pequenas e médias empresas, examinou a prática e a teoria na Alemanha, Dinamarca, Reino Unido e Estados Unidos, concluindo que a discussão sobre o tema nos referidos países é muito importante para esse universo empresarial, em que pese a

³⁴ “*El deber fundamental del socio es el de la aportación en la forma convenida. Aportación que se ha de efectuar en el momento de constitución de la sociedad, figurando en la escritura pública, en la que se indicará también las participaciones que el socio percibe como contrapartida de ellas [letra c) del art. 12.2.]. Aportación a cuyo régimen ya hemos hecho alusión anteriormente (ap. III, epígrafe C). Aportaciones que también pueden realizarse en determinados casos de aumento del capital social (v. art. 73)*” (CALERO, Fernando Sánchez; GUILARTE, Juan Sánchez-Calero. *Instituciones de Derecho Mercantil*. Vol. I. 30ª ed. Pamplona: Aranzadi, 2007, p. 605).

³⁵ “*Existe también el deber de fidelidad del socio, que le exige comportarse lealmente frente a la sociedad, promover activamente sus fines y evitar lo que sea perjudicial para ella. Deber de fidelidad que tiene sus manifestaciones concretas más relevantes en el no ejercicio del derecho de voto por parte del socio respecto a aquellos asuntos en los que se encuentra en conflicto de intereses con los de la sociedad (art. 52) o el deber de los administradores de no hacer la competencia a la sociedad (art. 65).*” (Calero et al, ob. cit., p. 605)

³⁶ “*La Res. D.G.R. de 30 de marzo de 1999 (RJ 1999, 2189) declara ilícita la cláusula estatutaria que concede a la Junta general la facultad de imponer una sanción al socio consistente en la pérdida del cincuenta por ciento del valor contable de sus participaciones si infringe los deberes de fidelidad y lealtad en perjuicio de la sociedad o en beneficio de otra.*” (Ob. cit., p. 605).

³⁷ Ob. cit., p. 574.

³⁸ OLIVEIRA, Ana Perestrelo de. *Dos Fundamentos dos Deveres de Lealdade dos Acionistas*. In: CÂMARA, Paulo (coord.). *Acionistas e Governança das Sociedades*. Coleção *Governance Lab*. Coimbra: Almedina, 2019, p. 82.

harmonização das normas da União Europeia não tenha sujeitado os sócios a um dever de lealdade.³⁹

Como há pouca discussão sobre o tema no Brasil – restrita a artigos e pareceres sobre pontos específicos -, acredita-se que a tese pode ser útil ao desenvolvimento do tema no direito societário brasileiro, à ampliação do debate sobre a existência de deveres dos acionistas e, mais ainda, sobre a existência de um dever geral de lealdade a permear as relações entre os acionistas e entre estes e a companhia.

Diante de todo o exposto, esta tese pretende examinar o que há de mais recente na lei, doutrina e jurisprudência estrangeiras e nacional sobre o tema, de maneira a oferecer sugestões e opiniões que possam servir de contributo ao aprofundamento e à construção da doutrina sobre o dever societário de lealdade como princípio estruturante decorrente da boa-fé e, também, como cláusula-geral judicial não escrita em nosso ordenamento jurídico, demonstrando não só a sua existência como a sua validade. Pretende-se, por fim, enfrentar o problema dos remédios que poderiam ser ministrados, no ordenamento jurídico pátrio, para coibir a violação de tão importante dever societário.

1.2. Importância da análise do dever de lealdade dos acionistas nas sociedades anônimas

O estudo dos deveres societários é dos mais intrigantes. Como já foi dito, muita atenção foi dada aos *direitos* dos acionistas, especialmente nas sociedades anônimas. Diversos trabalhos acadêmicos, artigos e livros foram produzidos nesse sentido. Por outro lado, pouco se dedicou aos *deveres* dos acionistas.⁴⁰

Com essa abordagem teórica unilateral, Miguel Reale reage com a afirmação de que “nossa época parece se caracterizar pela premente e contínua reivindicação de direitos e prerrogativas sem o reconhecimento dos correspondentes deveres e obrigações.

³⁹ SØRENSEN, Karsten Engsig. *Duty of Loyalty for shareholders - a possible remedy for conflicts in SMEs?* In: NEVILLE, Mette; SØRENSEN, Karsten Engsig (coord.). *Company Law and SMEs*. Copenhagen: Thomson Reuters, 2010, p. 169.

⁴⁰ Em virtude da necessidade de nortear a conduta dos administradores, muito influenciado pelos estudos voltados à separação da propriedade e do controle e dos problemas de agência, fala-se muito, até hoje, sobre os deveres dos administradores ou deveres fiduciários dos administradores.

Tal postulação está em conflito com o processo histórico da democracia que se aperfeiçoa na medida em que direitos e deveres se correlacionam para assegurar a igualdade de todos no convívio social.”⁴¹

Coutinho de Abreu alerta que o tema “tem sido objeto de muito pouca atenção entre nós” e que os juristas alemães são, atualmente, os precursores nos estudos sobre o dever de lealdade societário,⁴² assim como a jurisprudência alemã, nas palavras de Ana Perestrelo de Oliveira, teve papel decisivo na evolução do instituto.⁴³

Michael Barnier, Comissário da União Europeia para o Mercado Interno e Serviços, em conferência realizada em 2010, retrata essa escassez no debate sobre deveres dos acionistas: “[w]e have spoken for years about shareholders rights. It is time to also talk about shareholders’ obligations.”⁴⁴

Hanne Birkmose e Florian Möslein destacam que a discussão sobre os deveres dos acionistas tem ganhado relevo e refletido no direito das companhias e do mercado de capitais, tanto internamente nos países membros da União Europeia como no direito comum europeu, nos quais os deveres têm sido impostos aos acionistas em relação às companhias investidas e em face dos demais acionistas destas companhias. Destacam, ainda, que as fontes dos deveres dos acionistas são os arranjos contratuais, a exemplo dos acordos de acionistas, das leis e dos princípios gerais de direito, assim como da jurisprudência das cortes nacionais e da Corte de Justiça da União Europeia (CJUE).⁴⁵ Estas afirmações foram feitas pelos referidos autores, em 2017, em obra dedicada aos deveres dos acionistas, e, portanto, demonstram a atualidade e importância do tema, tanto no sistema comum europeu como nos ordenamentos internos de seus países membros.

Alguns trabalhos já produzidos no Brasil, de altíssima qualidade e

⁴¹ Artigo “Direitos e Deveres” publicado em <http://www.miguelreale.com.br/>. Acesso em: 22/07/2019. E prossegue o notável jurista: “Mesmo sem o rigorismo do imperativo categórico kantiano (“deves, logo podes”) não há como não reconhecer que na base da convivência humana, que é sempre uma associação de pessoas, está a correlação sincrônica do direito e do dever.”

⁴² COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel. *Curso de Direito Comercial*. Vol. II. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 281/282.

⁴³ Ob. cit. (*Dos Fundamentos ...*), p. 65. A autora anota que o BGH “teve o mérito inegável de firmar os deveres de lealdade como componente inalienável do atual direito societário.”

⁴⁴ Citado por Hanne Birkmose e Florian Möslein, ob. cit., p. 1.

⁴⁵ Ob. cit., pp. 1-2.

inovadores, abordam o tema em situações particulares (na exclusão de sócio e no abuso de minoria). No entanto, apesar da relevância, o instituto é pouco explorado no direito brasileiro, tanto é que inexistiu uma tese dedicada ao assunto, que o examine em toda a sua extensão, razão pela qual se justifica a escolha do tema.

Além disso, é um tema de fundamental importância para aqueles que militam na área societária, bem como à estabilização dos conflitos societários, visto que muitos problemas surgem a partir da não observância de uma regra geral de conduta baseada no princípio da boa-fé.

Mais ainda, a interpretação dos negócios jurídicos societários e a solução de controvérsias nas relações societárias demandam não só a aplicação do princípio da boa-fé – com base no art. 113⁴⁶ do CC 2002 - como também devem ser balizadas pelo dever de lealdade.

Judith Martins-Costa ensina que o direito privado atual reclama o exame das chamadas “*cláusulas gerais*”, em linha com a tese dos “*modelos jurídicos abertos*” pregada por Miguel Reale, contrapondo-se ao sistema fechado, “metaforizado nas grandes codificações oitocentistas”, que se opera por meio do pensamento lógico-subsuntivo.⁴⁷ Nessa linha, a boa-fé objetiva rompe as barreiras e limites das normas postas e introduz “fatores, elementos e valores que não são tidos, *ab origine* e deste logo, como sistemáticos, conduzindo à arrumação destes fatores, elementos e valores em modelos jurídicos jurisprudenciais, costumeiros e negociais que, assim, ampliam e passam a integrar o sistema”.⁴⁸

Nessa linha, herdando os ensinamentos da jurista sobre a boa-fé no direito privado, temos que o dever de lealdade reflete essa abertura do sistema codificado, indo além da norma posta no direito societário. Por essa razão, este trabalho buscará responder essas inquietações acerca de um dever de lealdade principiológico, que atua como cláusula geral do sistema societário, e permeia as relações societárias.

⁴⁶ Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

⁴⁷ MARTINS-COSTA, Judith. *A Boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, pp. 20-24.

⁴⁸ Judith Martins-Costa, ob. cit., p. 22.

Tanto a boa-fé como o dever de lealdade dela resultante carecem de uma terminologia pacífica, a ser empregada na sua classificação dentro do sistema jurídico. No caso da boa-fé, por exemplo, a doutrina reconhece que a diversidade semântica pode ser resultado da complexidade de conceituá-la, sendo que a doutrina “*designa la buona fede come: un dovere, un obbligo, un principio, una regola, una clausola generale*”.⁴⁹

O direito alemão e o norte-americano são profícuos e já bastante avançados no exame aprofundado dos deveres de lealdade, especialmente na aplicação prática do instituto em caráter instrumental, inclusive nas problemáticas mais atuais que envolvem os atritos existentes nas relações entre os acionistas mais ativos e a administração da companhia. Por exemplo, a conduta ativa dos acionistas minoritários, principalmente por gestores de fundos (de *private equity* ou de *hedge*)⁵⁰, que desencadeia o fenômeno conhecido como ativismo societário, pode ser examinada a partir da exigência de um comportamento leal, ainda que tal categoria de acionistas não detenha a maioria do capital. É o que reconhece a doutrina estrangeira: “o ativismo [dos minoritários] pode ser controlado usando um princípio do direito societário: por meio da imposição de um dever de lealdade”.⁵¹ Neste caso, ainda que não haja maioria acionária, a doutrina reconhece que pode haver influência deletéria sobre a administração da companhia, sobre o *board of directors* nas companhias norte-americanas, levando os seus membros a agirem no sentido de arrefecer as ofensivas dos acionistas ativistas, o que nem sempre é feito no melhor interesse da companhia – muitas vezes atende-se os pleitos oportunistas desses acionistas ativistas que, em sua maioria,

⁴⁹ Fabrizio Piraino, ob. cit., p. 41. No sistema do CC 2002, advertem Nelson Nery Junior e Rosa Nery que “há verdadeira interação entre as cláusulas gerais, os princípios gerais de direito, os conceitos legais indeterminados e os conceitos determinados pela função”, reclamando a atuação conjunta desses instrumentos postos à disposição do intérprete. Para os referidos juristas, os princípios gerais de direito “são regras de conduta que norteiam o juiz na interpretação da norma, do ato ou do negócio jurídico. Os princípios gerais de direito não se encontram positivados no sistema normativo. São regras estáticas que carecem de concreção.” Os conceitos legais indeterminados, por sua vez, “são palavras ou expressões indicadas na lei, de conteúdo e extensão altamente vagos, imprecisos e genéricos, e por isso mesmo esse conceito é abstrato e lacunoso.” Já as cláusulas gerais “são normas orientadoras sob forma de diretrizes dirigidas precipuamente ao juiz, vinculando-o ao mesmo tempo em que lhe dão liberdade para decidir”, sendo “formulações contidas na lei, de caráter significativamente genérico e abstrato (...) cujos valores devem ser preenchidos pelo juiz, autorizado para assim agir em decorrência de formulação legal da própria cláusula geral, que tem natureza de diretriz (...)” (*Código Civil Comentado*. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, pp. 130-132).

⁵⁰ “Activist hedge funds pursue profits, not only through the regular mechanisms of a hedge fund, but by aggressively taking a role in directing the business strategies and activities in which they invest. These activists often utilize their position as shareholders to push a company's board of directors into making a decision that may change the nature of the company substantially and, perhaps, harmfully.” (HONG, Soo Young. *Curb Your Enthusiasm: The Rise of Hedge Fund Activist Shareholders and the Duty of Loyalty*. 24 Fordham Journal Corporate and Financial Law. 193, 2018, p. 194).

⁵¹ Tradução livre e adaptada do original: “*Their activism could be controlled using a particular principle of corporate law: by imposing a duty of loyalty on them.*” (Soo Young Hong, ob. cit., p. 195).

possuem uma agenda própria e de curto prazo e nem sempre estão alinhados com o interesse da companhia. Se analisarmos de outra forma, temos o interesse egoístico desses acionistas, que buscam maximizar a sua posição acionária no curto prazo, deixando aos demais acionistas, que remanescerem na companhia no longo prazo, as sequelas das ações adotadas pelos membros do *board* para atender um resultado de curto prazo que interessa apenas a uma parcela dos acionistas.

Muitos doutrinadores reconhecem que o tema foi pouco estudado no direito pátrio, com precária evolução doutrinária e jurisprudencial. Portanto, o trabalho que se pretende desenvolver almeja ser inovador no sentido de apresentar à academia uma tese sobre o dever de lealdade nas relações entre os acionistas e destes para com a companhia, justificando-se, assim, a contribuição para o estudo do direito comercial, em especial do direito societário.

A tese pretende revelar o dever de lealdade societário em profundidade e tratar dos problemas a ele relacionados, tendo em vista a sua importância para a estabilidade das relações jurídico-societárias e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos mecanismos de proteção da relação societária nas sociedades anônimas no Brasil.

1.3. Contribuição original para o estudo do tema

Como dito anteriormente, o dever de lealdade societário não foi objeto de estudos específicos dos juristas pátrios. Em busca realizada no banco de dados bibliográficos da USP,⁵² verificamos inexistir tese ou dissertação sobre o tema “dever de lealdade”, tanto dos administradores como dos sócios.

Fizemos diversas buscas nos bancos de dados bibliográficos de outras importantes universidades e faculdades de direito nacionais. Não encontramos, por exemplo, qualquer artigo, dissertação ou tese sobre o assunto nas bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por sua vez, encontramos apenas um trabalho de conclusão de curso de graduação sobre a usurpação de oportunidade comercial nas

⁵² Pesquisa realizada em 16/01/2020, no Dedalus (www.dedalus.ups.br).

sociedades anônimas, publicado em 2015.⁵³

Em que pese a profusão de estudos encontrados em outros países, especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos, é certo que no Brasil há poucos estudos – e nenhuma tese específica – sobre o dever de lealdade, destacando-se importantes artigos de Erasmo Valladão sobre o dever de lealdade do acionista controlador por ocasião da alienação do controle⁵⁴, os quais se debruçam sobre situação prática afeita à relação entre o acionista controlador e os acionistas não controladores.

Tais artigos foram importantes para influenciar este aluno na escolha do seu tema de doutorado. A contribuição dos estudos de Erasmo Valladão para o direito societário brasileiro é inquestionável e será a base – ou o ponto de partida – para o desenvolvimento da tese.

Como já mencionado, Marcelo von Adamek também escreveu em sua tese de doutorado um capítulo dedicado ao dever societário de lealdade como princípio estruturante da teoria do abuso de minoria na experiência alemã,⁵⁵ revelando as teorias criadas para fundamentar a validade desse dever na ordem jurídica daquele país. Tal estudo sobre o direito alemão também servirá de base para as pesquisas sobre o tema deste trabalho.

Além disso, o jurista fez um exame mais detido do dever societário de lealdade para caracterizar o abuso de minoria no direito brasileiro.⁵⁶ Esta parte de sua obra também é fundamental para o desenvolvimento do dever geral de lealdade, que pretendemos

⁵³ RAUPP, Daniel Marques. *A Usurpação de Oportunidade Comercial e seus Parâmetros de Aplicação na Sociedade Anônima*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Faculdade de Direito da UFRGS, 2015.

⁵⁴ Em ordem cronológica, encontramos os seguintes trabalhos nas Bibliotecas da Universidade de São Paulo: (i) Parte de livro nacional (registro nº 002712680): FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *O dever de lealdade do acionista controlador por ocasião da alienação do controle*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. (coord.). *Direito Societário Contemporâneo II*. São Paulo: Malheiros, 2015, pp. 353-373; (ii) Parte de livro nacional (registro nº 002420004): FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *Dever de lealdade do acionista controlador e maximização do valor das ações dos acionistas não controladores na alienação do controle. Uma nova lei para aumentar a qualidade jurídica das decisões públicas e de seu controle*. In: BRUSCHI, Gilberto Gomes et. al. (coord.). *Direito Empresarial: Estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 274-291; (iii) Artigo de periódico nacional (registro n 002265225): FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *Dever de lealdade do acionista controlador por ocasião da alienação do controle – dever de maximização do valor das ações dos acionistas não controladores – interpretação de estatuto de companhia aberta – possibilidade de cumulação de OPAS*. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 50, n. 158, pp. 251-266, abr./jun. 2011.

⁵⁵ Vide a obra já citada (*Abuso de Minoria ...*), pp. 112-128.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 161-168.

defender nesta tese, o qual sujeita todos os acionistas a observarem um comportamento ético e leal nas interações com os demais acionistas e com a companhia.

Sem dúvida que a lacuna apontada no plano doutrinário foi o indutor da escolha deste tema, suscitando uma mistura de sentimentos. De um lado, a satisfação de ter encontrado um tema original para o desenvolvimento da tese. De outro, a responsabilidade de apresentar um trabalho sólido e bem fundamentado, capaz de dar a sua contribuição acadêmica e de atrair o interesse pelo desenvolvimento do instituto, ampliando o horizonte no plano obrigacional das relações societárias.

Nesse caminho desafiador, fomos buscar inspiração na doutrina e jurisprudência estrangeiras, mesclando influências de países de tradição romano-germânica e anglo-saxã, de modo a aproveitar o que fosse possível para o desenvolvimento da temática em nosso sistema. Nesse ponto, há que se reconhecer que o direito societário nacional recebeu – e continua a receber - influência de diversos sistemas estrangeiros, desde a sua concepção.

Em nosso ordenamento, ampliamos o olhar e fomos buscar na cláusula geral da boa-fé o mote para fundamentar o dever de lealdade societário.⁵⁷ Não foi tarefa das mais simples distanciar-se do conceito arraigado de que o dever de lealdade estaria presente nas situações jurídicas em que se revela o exercício do poder de controle. É inegável que o dever de lealdade serve de freio ao exercício desse poder. Mais do que isso, o dever se apresenta como cláusula geral e se estende a todos os acionistas, projetando-se na relação societária para evitar abusos de direito, situações de conflito de interesses ou de aproveitamento de oportunidades negociais, atuação contrária ao interesse social, entre outras aplicações.

A disciplina dos deveres dos sócios é bastante relevante para o direito societário, principalmente porque visa equilibrar as tensões e conflitos decorrentes das

⁵⁷ Difícil a tarefa de discorrer sobre um instituto jurídico que não foi positivado em todas as suas vertentes (a LSA trata apenas do dever de lealdade do administrador e do acionista controlador, apesar de, neste último, conceituá-lo como exercício abusivo do direito/poder). Salva-nos e inspira-nos os pensamentos de Tullio Ascarelli, reproduzidos por Norberto Bobbio, segundo o qual certos institutos “cuja importância prática torna-se cada vez maior não são disciplinados pelas normas escritas” e clama pelo “estudo da função econômica e social dos institutos jurídicos, que permite adaptar continuamente o direito à realidade mutável e fazer da obra do intérprete uma de criação jurídica” (BOBBIO, Norberto. *Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico*. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo: Ed. Unesp, 2016, pp. 48-49).

relações societárias, assim como proteger a essência da sociedade (colaboração ou cooperação para atingimento de um fim ou escopo comum, sempre em respeito ao interesse social).

Entre os deveres, Wiedemann elenca o dever de contribuir, o dever de colaborar para a gestão social e o dever de lealdade.⁵⁸ Este último funciona como cláusula geral para dar conta dos conflitos entre os sócios controladores e minoritários e entre os sócios empreendedores e investidores.⁵⁹ Mais ainda, o dever de lealdade é considerado um dever de auxílio ou consideração, em virtude dos trabalhos desenvolvidos por Alfred Hueck, Robert Fischer, Marcus Lutter e Wolfgang Zöllner, os quais consideraram os diversos interesses envolvidos em uma coletividade para resolver a problemática das posições jurídicas a ela inerentes.⁶⁰

Menezes Cordeiro afirma que os deveres de lealdade, “como manifestação geral da boa-fé e da tutela da confiança, estão presentes nas relações “entre os sócios e entre estes e os administradores”, atribuindo a esse instituto aplicações das mais diversas (cita as regras gerais do abuso do direito e as consequentes limitações ao direito de voto e à atuação do administrador), que, notadamente, transformaram e fizeram progredir o direito societário moderno.⁶¹

Além do desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial na Alemanha, diversas decisões judiciais no direito norte-americano influenciaram – e continuam a influenciar – a disciplina do dever de lealdade em outros países, especialmente em função da atenção que se dá à proteção das minorias. Diversos casos colocam no centro da discussão o conflito de interesses – entre os interesses dos acionistas e o interesse social – e os deveres

⁵⁸ Excerto do “Direito Societário I – Fundamentos” de Herbert Wiedemann. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. (coord.). *Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 628.

⁵⁹ “Em diversos períodos, juízes e doutrinadores têm se preocupado com as tensões e os conflitos entre os sócios majoritários e minoritários e entre sócios empreendedores e sócios investidores, assim como, nas *Publikumsgesellschaften*, com os encargos impostos por sua participação no mercado de capitais.” (WIEDEMANN, Herbert. *Vínculos de Lealdade e Regra de Substancialidade*. Tradução do texto original “*Treubindungen und Sachlichkeitsgebot: ein Systemvergleich*”, de Otto Carlos Vieira Ritter von Adamek. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Vol. 157, jan./mar. 2011, p. 8). Em que pese a distinção feita entre sócios empreendedores e sócios investidores, pelo referido doutrinador alemão, no Brasil não há o delineamento de um regime jurídico que permita qualificar o sócio como empreendedor ou investidor.

⁶⁰ Wiedemann, ob. cit. (*Vínculos de Lealdade e Regra de Substancialidade*), p. 9.

⁶¹ MENEZES CORDEIRO, António. *Direito das Sociedades*. Tomo I. Parte Geral. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2011, p. 282.

fiduciários como regra obrigatória a ser seguida pelos acionistas nas relações societárias, independentemente de existir ou não regra contratual nesse sentido.⁶²

Esse desenvolvimento também se verificou na doutrina norte-americana. Robert Clark aponta que os acionistas controladores se sujeitam ao “*fiduciary duty of loyalty*”, ao abordar os paradigmas do conflito de interesses:

*“Directors, officers, and, in some situations, controlling shareholders owe their corporations, and sometimes other shareholders and investors, a fiduciary duty of loyalty. This duty prohibits the fiduciaries from taking advantage of their beneficiaries by means of fraudulent or unfair transactions. They may not abuse the beneficiaries in situations in which they have a conflict of interest. In some contexts, they may act improperly simply by maintaining a state of affairs in which they have a conflict of interest. Most importantly, this general fiduciary duty of loyalty is a residual concept that can include factual situations that no one has foreseen and categorized. The general duty permits, and in fact has led to, a continuous evolution in corporate law. At the same time, the courts and legislatures have developed more specific rules, or particular fiduciary duties, to deal with many recurring situations involving a conflict of interest”*⁶³ (grifamos).

Blair e Stout explicam que o ponto central da relação fiduciária recai sobre o compromisso de se abandonar o interesse próprio em favor do interesse do beneficiário.⁶⁴ No direito brasileiro, seria o favorecimento do interesse social em detrimento do interesse pessoal do acionista. Eizirik ensina que “o interesse social não pode ser reduzido ao interesse de cada um dos acionistas, mas sim ao seu interesse comum de realização do escopo social”.⁶⁵

Nesse caminho, temos que homenagear a lei das sociedades por ações brasileira⁶⁶ que, desde a sua origem, e evidentemente como um primeiro passo, reconhece em seu art. 116, parágrafo único, que “o acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social”, favorecendo o interesse social em detrimento do interesse pessoal do acionista, bem como impõe deveres e

⁶² BLAIR, Margaret M. e STOUT, Lynn A. *Trust, Trustworthiness, and the Behavioral Foundations of Corporate Law*. Georgetown University Law Center 2000 Working Paper Series in Business, Economics, and Regulatory Law. Working Paper No. 241403, pp. 52-53. Disponível em: http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=241403. Acesso em: 04/07/2018.

⁶³ CLARK, Robert. *Corporate Law*. Boston: Little, Brown and Company, 1986, p. 141.

⁶⁴ “(...) a fiduciary must ‘renounce’ self-interest in favor of pursuing the good of another.” (Ob. cit., p. 53).

⁶⁵ EIZIRIK, Nelson. *A Lei das S/A Comentada*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 240.

⁶⁶ Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

responsabilidades ao acionista controlador em suas relações com os demais acionistas da empresa.

Ainda, apesar de tratar como “modalidade de exercício abusivo de poder”, a LSA elenca uma série de condutas violadoras desse dever de lealdade societário, tais como: (i) levar a companhia a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo dos acionistas minoritários nos lucros ou no acervo da companhia; (ii) promover a liquidação de companhia próspera, ou a transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia, com o fim de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, em prejuízo dos demais acionistas, dos que trabalham na empresa ou dos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia; (iii) promover alteração estatutária, emissão de valores mobiliários ou adoção de políticas ou decisões que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a acionistas minoritários, aos que trabalham na empresa ou aos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia; (iv) contratar com a companhia, diretamente ou através de outrem, ou de sociedade na qual tenha interesse, em condições de favorecimento ou não equitativas; entre outras.⁶⁷

A partir dos dispositivos da LSA, algumas questões serão enfrentadas neste trabalho, tais como: (a) o dever de lealdade, além do disposto no art. 116 da LSA para o acionista controlador, encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro como cláusula geral do direito societário? (b) os acionistas minoritários também estariam sujeitos a esse dever? (c) há alguma modulação do dever societário de lealdade? e (d) haveria um dever de lealdade pré-contratual?

Esta tese, portanto, propõe-se a examinar o dever de lealdade societário, seus fundamentos, aplicações e delimitações, visando contribuir, modicamente, com as limitações do autor, para o desenvolvimento do tema no direito societário brasileiro, esperando que ele possa aguçar o interesse daqueles que queiram dar continuidade – e até mesmo aprimorar - este árduo trabalho de concretude dos deveres dos acionistas.

⁶⁷ Estas hipóteses estão previstas no art. 117, §1º, da LSA.

1.4. Organização e divisão proposta para a tese

A tese divide-se em cinco partes, sendo a primeira parte dedicada aos fundamentos do dever de lealdade; a segunda, voltada ao dever geral de lealdade dos acionistas nas sociedades anônimas, buscando traçar o enunciado geral, a função e a tipologia do instituto; a terceira, dedicada às situações específicas dos acionistas controladores e não controladores; a quarta, centrada no exame da responsabilidade e das consequências jurídicas decorrentes da violação dos deveres de lealdade (gerais e específicos); e a quinta e última, dedicada às considerações finais e à proposta de aperfeiçoamento legislativo.

Nesse percurso, tratamos dos princípios informadores do dever de lealdade (princípios da boa-fé e da cooperação ou colaboração), do dever de lealdade como princípio estruturante ou cláusula geral do direito societário, do vínculo de lealdade entre os acionistas e entre estes e a companhia, da lealdade societária, fazendo o recorte da lealdade nesse campo do direito, e do desenvolvimento do dever de lealdade no direito comparado, nos sistemas norte-americano, inglês, alemão, português, italiano, francês e espanhol.

Estabelecemos, também, as fontes normativas do dever de lealdade, considerando a influência do CC 2002 e as regras previstas na LSA. Na parte dedicada ao dever geral de lealdade, por sua vez, respondemos à pergunta sobre a existência de um dever geral de lealdade aplicável a todos os acionistas, independentemente da qualificação jurídica (controlador ou não controlador).

Foi importante também discorrer sobre a função e o caráter dúplice do dever de lealdade antes de seguirmos para o exame da tipologia, no qual estruturamos os deveres de lealdade em positivos e negativos, a partir da sua duplicidade. Na sequência, fomos buscar no direito alemão, e nos estudos que se seguiram, a fundamentação para confirmar a existência do dever de lealdade nas relações que antecedem a constituição da companhia.

Na sequência, abordamos a questão sobre a possibilidade de modulação do dever de lealdade, tanto nos estatutos sociais como nos acordos parassociais, sendo que a fonte inspiradora, para tanto, foi o direito estrangeiro. Nele encontramos a afirmação da boa-fé objetiva como norma de ordem pública e imperativa, assim como a restrição à modificação

ou supressão do dever de lealdade.

Após termos examinado os deveres gerais de lealdade, estruturando-os em deveres positivos e negativos, enfrentamos as particularidades afeitas aos controladores, tendo como base as disposições da LSA e as normas da CVM, e aos não controladores, encontrando, para ambos, farto material exemplificativo de novas casuísticas dos deveres de lealdade extralegais.

Ainda, procuramos estruturar, de modo organizado, as consequências jurídicas decorrentes da violação dos deveres de lealdade ensejadoras da responsabilidade civil e, também, nas companhias abertas, da administrativa, passando pelas hipóteses de invalidação das deliberações assembleares e da fundamentação para a reparação dos danos causados por violação daqueles deveres.

Por fim, mas não menos importante, diante da necessidade de aperfeiçoamento legislativo sugerido pela doutrina, ousamos propor uma nova redação para os arts. 115, 116 e 117 da LSA, com o intuito de aprimorar a redação dos mesmos, embora ciente da árdua tarefa – não é nada fácil modificar um estatuto jurídico dos mais sólidos e celebrados, ainda mais com a assinatura de dois grandes juristas do direito societário nacional.

Esta, portanto, é a nossa pequena contribuição. Não obstante a extensa pesquisa, realizada inclusive em bibliotecas dos Estados Unidos e da Alemanha, e as longas horas de dedicação ao trabalho, é evidente que erros, omissões e falhas serão encontrados no trabalho, os quais são de exclusiva responsabilidade do autor.

PARTE V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

17.1. Observações finais e teses

1. A lealdade corresponde ao comportamento correto, probo e honesto que é esperado daqueles que se relacionam no convívio social, e está associada à confiança que se estabelece entre as pessoas que participam de um determinado agrupamento – a lealdade e a boa-fé constituem a alma das relações sociais e jurídicas.

2. A lealdade é uma virtude que está presente em todas as interações sociais e jurídicas; é um preceito ético e uma qualidade moral, necessárias à convivência humana.

3. A lealdade é um instrumento de moralização das obrigações e contratos, especialmente em sua função de proteção das partes contratantes, exercendo papel fundamental para a solução de conflitos internos e externos ao fenômeno societário.

4. Confirmou-se neste estudo a existência de um dever de lealdade dos acionistas inerente aos vínculos decorrentes do contrato de sociedade.

5. Demonstrou-se neste trabalho que o dever de lealdade é aplicável a todos os acionistas, independentemente da qualificação jurídica. Isto é, tanto os acionistas controladores como os acionistas não controladores (minoritários e preferencialistas), possuem deveres de lealdade entre si e para com companhia.

6. A sociedade anônima tem natureza contratual, resultando de um contrato de sociedade, plurilateral e constitutivo de uma nova realidade organizativa, a partir do qual surgem deveres societários. É um contrato relacional ou de longa duração em que há a presença marcante dos deveres de colaboração e de lealdade.

7. O escopo ou fim comum é o elemento causal ou finalístico do contrato de sociedade, que decorre do exercício da atividade prevista no objeto social, e serve de metro

balizador dos deveres de lealdade.

8. O interesse social é o elemento essencial da relação societária, no direito das companhias, servindo de parâmetro para equilibrar os interesses envolvidos nas relações societárias.

9. O dever de lealdade, todavia, é mais eficiente para a proteção contra os abusos dos acionistas; controla com mais eficiência as posições jurídicas subjetivas, superando a noção de interesse social.

10. A cooperação ou colaboração é elemento essencial do fenômeno associativo, qualifica a conduta dos sujeitos que participam da relação societária e exige das partes deveres de lealdade, intensificando o vínculo de lealdade entre os sócios para que a sociedade possa atingir os seus fins, como corolário da aplicação do princípio e da cláusula geral da boa-fé objetiva.

11. As relações societárias exigem cooperação em prol do fim comum que as estrutura, exigindo que as pessoas sacrifiquem interesses pessoais para se atingir aquele objetivo. Além dos deveres de prestação, há na relação societária deveres acessórios ou laterais – deveres de conduta – de caráter não patrimonial, como, por exemplo, o dever de lealdade ou de atuar de boa-fé.

12. A situação jurídica do acionista compreende os componentes ativos e passivos da posição ou *status socii*, de conteúdo complexo. O dever de lealdade tem suas raízes nessa posição jurídica.

13. A LSA impõe ao acionista um dever de lealdade que deve ser observado no relacionamento societário, desde o aperfeiçoamento do contrato de sociedade – aquisição originária da posição de sócio – ou com o ingresso na sociedade após a sua constituição – aquisição derivada.

14. A boa-fé objetiva é considerada princípio e cláusula geral disseminada por todo o ordenamento jurídico, inclusive presente no direito societário. A lealdade, dela emanada, tem como ponto central uma regra ou padrão de comportamento individual, de

caráter *ético-jurídico*, a ser observada pelas partes em seus relacionamentos e a exigir uma conduta proba, honesta e leal.

15. A boa-fé se apresenta no direito privado como regra de interpretação dos negócios jurídicos (art. 113), como parâmetro para o reconhecimento de uma conduta caracterizadora de um ato ilícito (art. 187), em virtude do excesso no exercício de um direito, e, também, como regra orientadora da conduta das partes nos contratos em geral (art. 422).

16. A cláusula geral da boa-fé, extraída dos arts. 113, 187 e 422 do CC 2002, aplica-se ao direito das sociedades, eis que as máximas de conduta ético-jurídica se espalham para diversas relações nos mais variados campos do direito privado, notadamente no direito que regula o fenômeno associativo. Assim, a cláusula geral do dever de lealdade pode limitar o direito de cada acionista, fundamentar os deveres de comportamento dos acionistas entre si ou para com a companhia e desempenhar papel hermenêutico.

17. O dever de lealdade é uma cláusula geral normatizada que faz remissão a regras de conduta ético-social, cujo conteúdo deve ser preenchido por outras normas, regras, experiências ou máximas jurídicas.

18. O ordenamento societário impõe aos seus participantes certas vinculações extra obrigacionais que influenciam o exercício de poderes e direitos, principalmente aqueles tradicionalmente chamados de ‘políticos’, funcionando como verdadeiros limites ao comportamento dos sujeitos que se relacionam nesse ambiente comunitário.

19. Os vínculos de lealdade surgem a partir de dois elementos centrais da formação do contrato de sociedade: (i) da cooperação existente entre as partes para a consecução do fim comum; e (ii) da manifestação de vontade externada no ato de constituição, criadora do vínculo obrigacional, e que dá vida à sociedade.

20. O dever de lealdade atua em duas vertentes: (a) positiva, em que se exige um dever de atuação compatível com o interesse da companhia e o fim social; e (b) negativa, como um dever de não causar dano à companhia ou a outros acionistas.

21. São deveres de lealdade positivos: o dever de votar no interesse da companhia, o dever de coerência ou de evitar o *venire contra factum proprium* e o dever de informar.

22. São deveres de lealdade negativos: o dever de evitar o aproveitamento de oportunidades negociais da companhia, o dever de evitar situações de conflito de interesses prejudiciais à companhia, dever de não concorrer com a companhia, dever de evitar o exercício abusivo do direito de fiscalização, inspeção ou solicitação de informações, dever de evitar a obtenção de vantagem indevida ou o favorecimento pessoal, dentre outras derivações previstas na LSA.

23. O dever societário de lealdade está presente em toda a relação jurídica societária, inclusive nas fases pré e pós-contratual.

24. Os deveres de consideração ou proteção emanam da boa-fé objetiva e permeiam a conduta daqueles que participam das negociações preliminares para a formação da companhia. Estas negociações, caracterizadas pela doutrina a partir da existência de uma discussão entre as partes com vistas à eventual celebração de um negócio jurídico específico, podem sujeitar os participantes ao ressarcimento de eventuais danos pela frustração de uma expectativa legítima a respeito da conclusão do contrato.

25. Há deveres de lealdade na promessa de subscrição inicial de ações, principalmente se houver compromissos vinculantes assumidos que a caracterizam como provenientes de um contrato e, por consequência, geram responsabilidade contratual.

26. A cláusula geral do dever de lealdade é de ordem pública, imperativa, e, portanto, não pode ser alterada, suprimida ou modificada por meio de cláusula estatutária ou contratual (acordo de acionistas).

27. O ordenamento societário brasileiro, de maneira peculiar, equipara e reconhece *deveres fiduciários* semelhantes entre administradores e controladores, destacando-se, por conseguinte, a importância do dever de lealdade como fundamento de análise do exercício do poder de controle.

28. A situação jurídica de sujeição da minoria, que decorre da imposição da vontade da maioria estável, impõe um dever contraposto e correlato – um dever de lealdade – para resguardar os direitos daquela.

29. A teoria do abuso do direito não é suficiente para dar conta de todas as situações em que a conduta do controlador contraria o interesse da companhia ou o fim social e/ou prejudica a companhia ou os acionistas minoritários, tendo sido superada pela noção de lealdade na relação societária.

30. O dever de lealdade é a régua que deve ser utilizada para o exame da conduta dos acionistas, tanto do controlador como dos acionistas minoritários ou preferencialistas.

31. A LSA aprimorou o regime anterior e admitiu a ocorrência do abuso no exercício do direito de voto, reconhecendo igualmente, assim, a ocorrência de abuso da minoria, no exercício do voto, a partir do § 3º do art. 115.

32. Tanto a conduta comissiva quanto a omissiva caracterizam abuso do poder de controle por violação do art. 116, parágrafo único, incidindo na responsabilidade prevista no *caput* do art. 117 da LSA.

33. O alcance do art. 117 da LSA deveria ir além do exercício abusivo do poder de controle, aplicando-se a qualquer abuso de poder, mesmo que este poder seja momentâneo ou não permanente, ou até mesmo a um abuso de direito, se compatível com as hipóteses listadas no referido artigo.

34. As condutas descritas no art. 117, §1º, da LSA, são hipóteses de violação do dever de lealdade, seja do acionista qualificado como controlador ou não, em virtude da aplicação da cláusula geral do dever de lealdade emanada da boa-fé objetiva (arts. 113, 187 e 422 do CC 2002), sendo pacífico o entendimento de que o rol contido naquele parágrafo é meramente exemplificativo, eis que a orientação da LSA foi sempre a de adotar padrões amplos (*standards*), permitindo que os aplicadores da lei possam reprimir outros atos lesivos à companhia ou aos demais acionistas que não estejam expressamente previstos naquela lista enunciativa, mas que se revelem violadores dos deveres de lealdade do acionista controlador.

35. O entendimento da CVM constante em diversas decisões é no sentido de responsabilizar o acionista controlador quando este, em detrimento do interesse da companhia, privilegia intencionalmente outros interesses ou deliberadamente omite em usar o seu poder no interesse da companhia e da comunidade.

36. Há um elemento de convergência entre a proteção da minoria e da maioria: o interesse da companhia. Mas não só ele. Encontram-se, também, no dever de lealdade. Ambos conflitos de interesses pressupõem a lealdade como balança da relação societária.

37. Os deveres de lealdade específicos da minoria são: o dever de não bloquear os órgãos sociais (o anti obstrucionismo), o dever de não se opor abusivamente (o ativismo equilibrado) e o dever de não exercer abusivamente o poder de veto.

38. A solução para a violação do dever de lealdade baseia-se nos princípios gerais da responsabilidade civil por ato ilícito, considerando o seguinte: (a) o acionista tem deveres de lealdade (de seguir uma conduta proba, honesta e leal); (b) o ato que viola o dever de lealdade é ilícito e, portanto, anulável; (c) do ato ilícito nasce para o acionista, por força da lei, o dever de reparar os danos que tenha causado (à companhia ou aos demais acionistas).

39. As medidas que podem ser adotadas em razão da violação do dever de lealdade são: invalidade das deliberações, reparação dos danos ou suspensão do exercício de direitos.

40. Há responsabilidade civil por violação ao dever de lealdade e, especificamente nas companhias abertas, também responsabilidade administrativa.

17.2. Dever de lealdade: aprimoramento da legislação

É unânime na doutrina a magnitude da LSA. Incontáveis são os elogios feitos ao texto de autoria de Alfredo Lamy e Bulhões Pedreira. Recordo-me da sempre atual e presente afirmação de Erasmo Valladão: “a LSA é um monumento legislativo”.

Nem por isso, como toda lei, o tempo, a evolução da sociedade e os comportamentos sociais – muitas vezes involuídos eticamente - encarregam-se de exigir um reforço do sistema para conter certos abusos – ou para resgatar uma ética mínima a ser observada no convívio social -, reclamando a necessidade de introduzir no ordenamento a realidade constatada pela doutrina e jurisprudência.

No caso, é salutar pensar em uma reforma da LSA para “o reconhecimento explícito do dever de lealdade”,¹³³⁹ seja para munir o sistema de salvaguardas contra os abusos da minoria, seja para aprimorar os mecanismos já existentes que protegem os interesses da companhia e dos acionistas não controladores contra abusos da maioria.

Nesse sentido, propomos a seguinte redação para aprimorar a redação dos art. 115, 116 e 117 da LSA, com o intuito de introduzir expressamente o dever de lealdade do acionista no arcabouço jurídico das companhias:

Redação atual	Redação sugerida
<p align="center">Abuso do Direito de Voto e Conflito de Interesses</p> <p>Art. 115. O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.</p> <p>§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.</p> <p>§ 2º Se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social, poderão aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do artigo 8º.</p>	<p align="center">Dever de Lealdade do Acionista e Conflito de Interesses</p> <p>Art. 115. O acionista deve exercer lealmente os direitos ou poderes que lhe forem conferidos, observando sempre o interesse da companhia; considerar-se-á desleal o exercício do direito ou poder com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.</p> <p>§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, assim como em matérias que puderem beneficiá-lo de modo particular.</p> <p>§ 2º Se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social, poderão aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do artigo 8º.</p>

¹³³⁹ Erik Oioli, ob. cit., p. 165.

<p>§ 3º o acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.</p> <p>§ 4º A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.</p> <p>§ 5º (inexistente)</p>	<p>§ 3º o acionista não deve exercer seu direito ou poder quando estiver em posição substancialmente conflitante com a companhia, sendo obrigado a reparar os prejuízos causados à companhia pelo exercício desleal.</p> <p>§ 4º o acionista responde pelos danos causados em virtude da conduta desleal, ainda que a sua opinião ou voto não haja prevalecido.</p> <p>§ 5º A deliberação tomada em violação aos deveres de lealdade constantes neste artigo é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.</p>
<p style="text-align: center;">Acionista Controlador Deveres</p> <p>Art. 116. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:</p> <p>a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e</p> <p>b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.</p> <p>Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.</p> <p>Art. 116-A. O acionista controlador da companhia aberta e os acionistas, ou grupo de acionistas, que elegerem membro do conselho de administração ou membro do conselho fiscal, deverão informar imediatamente as modificações em sua posição acionária na companhia à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p style="text-align: center;">(inexistente)</p>	<p style="text-align: center;">Acionista Qualificação e Deveres</p> <p>Art. 116. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:</p> <p>a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e</p> <p>b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.</p> <p style="text-align: center;">(excluído)</p> <p>Art. 116-A. O acionista controlador, assim como o acionista, ou grupo de acionistas, que eleger membro dos órgãos sociais, tem deveres de lealdade para com a companhia e os demais acionistas.</p> <p>Art. 116-B. O acionista deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades</p>

(inexistente)	<p>para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.</p> <p>Art. 116-C. O acionista controlador da companhia aberta e os acionistas, ou grupo de acionistas, que elegerem membro do conselho de administração ou membro do conselho fiscal, deverão informar imediatamente as modificações em sua posição acionária na companhia à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários.</p>
<p style="text-align: center;">Responsabilidade</p> <p>Art. 117. O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.</p> <p>§ 1º São modalidades de exercício abusivo de poder:</p> <p>a) orientar a companhia para fim estranho ao objeto social ou lesivo ao interesse nacional, ou levá-la a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo da participação dos acionistas minoritários nos lucros ou no acervo da companhia, ou da economia nacional;</p> <p>b) promover a liquidação de companhia próspera, ou a transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia, com o fim de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, em prejuízo dos demais acionistas, dos que trabalham na empresa ou dos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia;</p> <p>c) promover alteração estatutária, emissão de valores mobiliários ou adoção de políticas ou decisões que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a acionistas minoritários, aos que trabalham na empresa ou aos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia;</p> <p>d) eleger administrador ou fiscal que sabe inapto, moral ou tecnicamente;</p> <p>e) induzir, ou tentar induzir, administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia-geral;</p>	<p style="text-align: center;">Responsabilidade</p> <p>Art. 117. O acionista responde pelos danos causados por atos praticados em violação ao dever de lealdade.</p> <p>§ 1º São exemplos de violação do dever de lealdade:</p> <p>a) orientar a companhia para fim estranho ao objeto social ou ao escopo comum</p> <p>b) levar a companhia a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo da participação dos acionistas nos lucros ou no acervo da companhia;</p> <p>b) promover a liquidação de companhia próspera, ou a transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia, com o fim de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, em prejuízo dos demais acionistas, dos que trabalham na empresa ou dos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia;</p> <p>c) promover alteração estatutária, emissão de valores mobiliários ou adoção de políticas ou decisões que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a outros acionistas, aos que trabalham na empresa ou aos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia;</p> <p>d) eleger administrador ou fiscal que sabe inapto, moral ou tecnicamente, ou que atue em empresa concorrente;</p> <p>e) induzir, ou tentar induzir, administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia-geral;</p>

<p>f) contratar com a companhia, diretamente ou através de outrem, ou de sociedade na qual tenha interesse, em condições de favorecimento ou não equitativas;</p> <p>g) aprovar ou fazer aprovar contas irregulares de administradores, por favorecimento pessoal, ou deixar de apurar denúncia que saiba ou devesse saber procedente, ou que justifique fundada suspeita de irregularidade.</p> <p>h) subscrever ações, para os fins do disposto no art. 170, com a realização em bens estranhos ao objeto social da companhia.</p> <p>§ 2º No caso da alínea e do § 1º, o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal responde solidariamente com o acionista controlador.</p> <p>§ 3º O acionista controlador que exerce cargo de administrador ou fiscal tem também os deveres e responsabilidades próprios do cargo.</p>	<p>f) contratar com a companhia, diretamente ou através de outrem, ou de sociedade na qual tenha interesse, em condições de favorecimento ou não equitativas;</p> <p>g) aprovar ou fazer aprovar contas irregulares de administradores, por favorecimento pessoal, ou deixar de apurar denúncia que saiba ou devesse saber procedente, ou que justifique fundada suspeita de irregularidade.</p> <p>h) subscrever ações, para os fins do disposto no art. 170, com a realização em bens estranhos ao objeto social da companhia.</p> <p>§ 2º No caso da alínea ‘e’ do § 1º, o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal responde solidariamente com o acionista.</p> <p>§ 3º O acionista que exerce cargo de administrador ou fiscal tem também os deveres e responsabilidades próprios do cargo.</p>
---	---

BIBLIOGRAFIA

ABBADESSA, Pietro; e PORTALE, G. B (coord.). *Il Nuovo Diritto Delle Società. Liber Amicorum Gian Franco Campobasso*. Vol. 1. Turim: UTET, 2007.

ACOSTA, Pablo Andrés Córdoba. *El derecho de sociedades y el gobierno de la sociedad anónima: el interés social, órganos, accionistas y administradores*. Bogotá: Universidade Externado de Colombia, 2014.

ADAMEK. Marcelo Vieira Von. *Abuso de Minoria em Direito Societário*. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

_____. FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. França. *Aproveitamento de oportunidades comerciais da companhia pelo acionista controlador (Corporate Opportunity Doctrine)*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N.; ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). *Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães*. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. *Dever de lealdade do acionista controlador e maximização do valor das ações dos acionistas não controladores na alienação do controle. Uma nova lei para aumentar a qualidade jurídica das decisões públicas e de seu controle*. In: BRUSCHI, Gilberto Gomes et. al. (coord.). *Direito Empresarial: Estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos. Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França*. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *Dever de lealdade do acionista controlador por ocasião da alienação do controle – dever de maximização do valor das ações dos acionistas não controladores – interpretação de estatuto de companhia aberta – possibilidade de cumulação de OPAS*. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 50, n. 158, pp. 251-266, abr./jun. 2011.

_____. *Responsabilidade Civil dos Administradores de S/A e as Ações Correlatas*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. França. “*Affectio Societatis*” e Conceito de “*Fim Social*”. In: *Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

_____. *Excerto do “Direito Societário I – Fundamentos” de Herbert Wiedemann*. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. (coord.). *Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. França. “*Affectio Societatis*”: Um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de “*Fim Social*”. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Nova Série. Ano XLVII, ns. 149/150, janeiro/dezembro 2008.

ALPA, Guido. *Diritto civile italiano: due secoli di storia*. Bolonha: Il Mulino, 2018

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

AMENDOLARA, Leslie. *Direito dos acionistas minoritários: nova Lei das S.A.* 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012

ANDREU MARTÍ, María Del Mar. *Capital, patrimonio y reservas. Acciones y participaciones como partes del capital social*. In: EMBID IRUJO, José Miguel; FERRANDO VILALBA, María de Lourdes; MARTÍ MOYA, Vanessa (coord.). *Introducción al derecho de sociedades de capital: estudio de la Ley de sociedades de capital y legislación complementaria*. Madri: Marcial Pons, 2013.

ANDREWS, William. *The Stockholder’s Right to Equal Opportunity in the Sale of Shares*. Harvard Law Review. Vol. 78, Janeiro/1965.

ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação Jurídica: A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Fundamentação Jurídica*. 3ª ed. Rio Janeiro: Forense, 2013.

ANGELICI, Carlo. *Le basi contrattuali della società per azioni*. In: COLOMBO, Giovanni Emanuele; PORTALE, Giuseppe B. (coord.). *Trattato delle società per azioni*. Vol. 1. Turim: UTET, 2004.

ANIBARRO, Santiago Hierro (coord.). *Gobierno Corporativo en Sociedades No Cotizadas*. Madri: Marcial Pons, 2014.

ASCARELLI, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

_____. *Saggi di Diritto Commerciale*. Milão: Giuffrè, 1955.

ASCENSÃO. José de Oliveira. *Introdução à Ciência do Direito*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

AULETTA, Giuseppe Giacomo. *Il contratto di società commerciale*. Milão: Giuffrè, 1937.

AUSINA, Rosario Tur. *El Principio de Lealtad Constitucional*. In: CONDE, Enrique Álvarez; AUSINA, Rosario Tur; HERNÁNDEZ, Esther González; GÓMEZ, Laura Nuño; e GALVÁN, Clara Souto. *Deontología, Principios Jurídicos Básicos e Igualdad*. Madri: Tecnos, 2016

AZEVEDO, Antonio Junqueira. *Novos Estudos de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAINBRIDGE, Stephen; KLEIN, William; RAMSEYER, J. Mark. *Business Associations. Cases and Materials on Agency, Partnerships, LLCs, and Corporations*. St. Paul: Foundation Press, 2015.

BALTZER, Sigurd. *Die gesellschaftliche Treupflicht im Recht der AG und GMBH*. Tese de Doutorado. Universidade de Freiburg. Freiburg, 1967.

BARACHINI, Francesco. *La Tutela del Socio e delle Minoranze. Studi in Onore di Alberto Mazzoni*. Turim: Giappichelli, 2018.

BARCELLONA, Pietro; CAMARDI, Carmelita. *Diritto privato e società moderna*. Napoli: Jovene, 1996.

BARCELLOS, Ana Paula de. *Anotação Preliminar sobre o Conteúdo e as Funções dos Princípios*. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al (coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

BERGEL, Jean-Louis. *Teoria Geral do Direito*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTINI, Alessandro. *Contributo Allo Studio Delle Situazioni Giuridiche Degli Azionisti*. Milão: Giuffrè, 1951.

BATALLER, Carmen Alborch. *El derecho de voto del accionista: supuestos especiales*. Madri: Tecnos, 1977.

BETTI, Emilio. *Teoria Geral das Obrigações*. Tradução de Francisco José Galvão Bruno. Campinas: Bookseller, 2005.

_____. *Teoria Geral do Negócio Jurídico*. Tomo I. Tradução de Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969.

BEVILAQUA, Clovis. *Teoria Geral do Direito Civil*. 2ª ed. Rev. e Atual. por Caio Mario da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980.

_____. *Direito das Obrigações*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

BLAIR, Margaret M. e STOUT, Lynn A. *Trust, Trustworthiness, and the Behavioral Foundations of Corporate Law*. Georgetown University Law Center. Working Paper Series in Business, Economics, and Regulatory Law No. 241403. Disponível em: http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=241403. Acesso em: 04/07/2018.

BOBBIO, Norberto. *Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico*. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

BONELLI, Franco et al. *L'interesse sociale tra valorizzazione del capitale e protezione degli stakeholders*. In *ricordo di Pier Giusto Jaeger*. Quaderni di Giurisprudenza Commerciale. Milão: Giuffrè, 2010.

BOTES, Johan Hendrik. *From good faith to utmost good faith in marine insurance*. Frankfurt: Peter Lang, 2006.

BRANCO, Hélder Jorge da Costa. *O Abuso do Direito da Minoria Societária*. Coimbra: Almedina, 2014.

BRUNETTI, Antonio. *Tratado del derecho de las sociedades*. Traduzido por Felipe de Solá Cañizares. Buenos Aires: UTEHA Argentina, 1960.

BRUSCHI, Gilberto Gomes et. al. (coord.). *Direito Empresarial: Estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BULGARELLI, Waldirio. *Regime jurídico da proteção às minorias nas S/A: de acordo com a reforma da Lei nº 6404/76*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BUONOCORE, Vincenzo. *Manuale di Diritto Commerciale*. 10ª ed. Turim: Giappichelli, 2011.

_____. *Trattato di Diritto Commerciale. L'impresa*. Vol. I. Tomo 2.I. Turim: Giappichelli, 2002.

CABO, Óscar Mateos y de. *Valores, Normas y Costumbres*. In: Conde, Enrique Álvarez et al (Coord.), *Deontología, Principios Jurídicos Básicos e Igualdad*, Madri: Tecnos, 2016

CAEIRO, António. *Temas de direito das sociedades*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

CAHN Andreas. *The Shareholders' Fiduciary Duty*. In: BIRKMOSE, Hanne S. (coord.). *Shareholders' Duties*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2017.

_____. Andreas; DONALD, David C. *Comparative Company Law: text and cases on the laws governing corporations in Germany, the UK and the USA*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

CALERO, Fernando Sánchez; e GUILARTE, Juan Sánchez-Calero. *Instituciones de Derecho Mercantil*. Vol. I. 30ª ed. Pamplona: Aranzadi, 2007.

CAMARGO, André Antunes Soares de. *Transações entre partes relacionadas: um desafio regulatório complexo e multidisciplinar*. São Paulo: Almedina, 2013.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Tradução de António Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CAPRARA, Andrea. *La giurisprudenza e le fonti del diritto commerciale: le clausole generali e l'approccio sostanziale alla teoria delle fonti*. In: GALGANO, Francesco; MERUZZI, Giovanni; TANTINI, Giovanni (coord.). *Tratatto di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico Dell'Economia*. Vol. LXI. Pádua: CEDAM, 2011.

CARVALHOSA, Modesto Souza Barros; KUYVEN, Fernando. *Tratado de Direito Empresarial. Sociedades Anônimas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014

_____. EIZIRIK, Nelson. *Estudos de Direito Empresarial*. Saraiva: São Paulo, 2010.

_____. *Acordo de acionistas: homenagem a Celso Barbi Filho*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CEBRÍA, Luis Hernando. *El abuso de la posición jurídica del socio en las sociedades de capital: control societario y abusos de mayoría, de minoría y de igualdad*. Barcelona: Bosch, 2013.

CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. Atualizado por Newton Silveira e Denis Borges Barbosa. Vol. I. Parte I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

CHOPPER, Jesse H., COFFEE, John C., e GILSON, Ronald J. *Cases and Materials on Corporations*. 8ª ed. New York: Wolters Kluwers, 2013.

CLARK, Robert. *Corporate Law*. Boston: Little, Brown and Company, 1986.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SALOMÃO FILHO, Calixto. *O poder de controle na sociedade anônima*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

_____. *Ética. Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Direito Empresarial. Estudos e Pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Novos ensaios e pareceres de direito empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. *Restrições à Circulação de Ações em Companhia Fechada: Nova et Vetera*. In: Novos Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. *Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

_____. *Aspectos Jurídicos da Macro-Empresa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

CONAGLEN, Matthew. *Fiduciary Loyalty. Protecting the Due Performance of Non-Fiduciary Duties*. Portland: Hart Publishing, 2011.

CORDEIRO, António Menezes. *Da Boa-fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 2017.

_____. *Direito Comercial*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Código das Sociedades Comerciais Anotado*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Direito das Sociedades*. Vol. I. Parte Geral. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. *Manual de Direito das Sociedades. Das Sociedades em Especial*. Vol. II. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.

_____. *A lealdade no direito das sociedades*. Revista da Ordem dos Advogados Portugueses. Ano 2006. Vol. III. Dezembro/2006.

CORDEIRO, A. Barreto Menezes. *Direito dos Valores Mobiliários*. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2015.

CODORNIZ, Gabriela; PATELLA, Laura. *Comentários à lei do mercado de capitais: Lei nº 6.385/76*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

COSTA, Gabriel Ahid; NINA, Leandro Costa. *O Princípio Constitucional da Boa Fé: Garantia de Lealdade e Confiança nas Relações Jurídicas Privadas*. In: Estudos Atuais de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2014.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Direito das Obrigações*. 12ª ed. Coimbra: Almedina, 2014.

COSTA, Ricardo. *Os Administradores de Facto das Sociedades Comerciais*. Coimbra: Almedina, 2014.

COUTO E SILVA, Clóvis V. *A Obrigação como Processo*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel. *Curso de Direito Comercial*. Vol. II. 5ª ed. Coimbra: Almedina, 2016.

_____. *Abusos de Minoria*. In: IDET - Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (org.). Problema do Direito das Sociedades. Coimbra: Almedina, 2008.

COX, James; HAZEN, Thomas Lee. *Corporations*. 2ª ed. New York: Aspen, 2003.

CRAVEIRO, Mariana Conti. *Contratos entre Sócios: Interpretação e Direito Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

CRETE, Raymonde. *The Volkswagen Scandal from the Viewpoint of Corporate Governance*. European Journal of Risk Regulation (EJRR), vol. 7, nº. 1, 2016.

CUEVAS, Guillermo Cabanellas De Las. *Derecho Societario. Parte General. Los Socios. Derechos, Obligaciones y Responsabilidades*. Vol. 5. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1997.

_____. *Derecho Societario. Parte General. Introducción al Derecho Societario*, Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1993.

D'AMICO, Giovanni. *Principi e Clausole Generali nell'Evoluzione dell'Ordinamento Giuridico*. Milão: Giuffrè, 2017.

_____. *Buona fede in contrahendo*. In: MOSCARINI, Lucio Valerio; e NUZZO, Mario. Studi in Onore di Giuseppe Benedetti. Vol. I. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2008

DAVIES, Paul; WORTHINGTON, Sarah. *Gower & Davies Principles of Modern Company Law*. 10ª ed. London: Sweet & Maxwell Ltd, 2016.

DELL'ACQUILA, Enrico. *Il dovere di correttezza nei rapporti patrimoniali*. In: Studi in Onore di Cesare Grassetti. Vol. I. Milão: Giuffrè, 1980.

DELLA TORRE, Maria Benedita Lima. *O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Nacional, 1977.

DÍAZ, María Ángeles Alcalá. *El interés social en la sociedad anónima cotizada. Nuevas perspectivas para un concepto clásico del Derecho de sociedades*. In: TORRES, Isabel Fernández; VARONA, Francisco Javier Arias; ROSADO, Javier Martínez (coord.). *Derecho*

de sociedades y de los mercados financieros: libro homenaje a Carmen Alonso Ledesma. Madrid: Iustel, 2018.

DÍAZ, Marta Zabaleta. *La Experiencia Comparada de Gobierno Corporativo en Sociedad No Cotizada*. In: ANIBARRO, Santiago Hierro (coord.), *Gobierno Corporativo en Sociedades No Cotizadas*. Madrid: Marcial Pons, 2014.

DÍEZ-PICAZO, Luis; ROCA TRIAS, E.; MORALES, A. M. *Los principios del derecho europeo de contratos*. Madrid: Civitas, 2002.

DINIZ, Gustavo Saad. *Grupos societários: da formação à falência*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DI SABATO, Franco. *Il Principio di Correttezza nei Rapporti Societari*. In: ABBADESSA, Pietro; PORTALE, G. B. (coord.). *Il Nuovo Diritto delle Società*. Vol. I. Torino: UTET, 2007.

DOMINGUES, Paulo de Tarso. *Capital e Património, Lucros e Reservas*. In: ABREU, Jorge Manuel Coutinho de (coord.). *Estudos de Direito das Sociedades*. 12^a ed. Coimbra: Almedina, 2015.

DUARTE, Rui Pinto. *Escritos sobre direito das sociedades*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

DUCOULOUX-FAVARD, Claude. *Société anonyme, Aktiengesellschaft, Società per azioni*. Paris: Vuibert, 1992.

DUVAL, Hermano. *Concorrência Desleal*. São Paulo: Saraiva, 1976.

EIZIRIK, Nelson. *Aquisição de Controle Minoritário. Inexigibilidade de Oferta Pública*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; AZEVEDO, Luís André N. de Moura (coord.). *Poder de Controle e Outros Temas de Direito Societário e Mercado de Capitais*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

____. *A Lei das S/A Comentada*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

____. *Temas de Direito Societário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

EMBID IRUJO, José Miguel. *Concepto, delimitación y tipología de las sociedades de capital*. In: EMBID IRUJO, José Miguel et al (coord.). *Derecho de sociedades de capital: estudio de la Ley de sociedades de capital y de la legislación complementaria*. Madrid: Marcial Pons, 2016.

EROLE, Pedro. *Boa-fé Objetiva nos Contratos. Especificação Normativa, Cogência e Dispositividade*. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ESTRELLA, Hernani. *Curso de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1973.

EISENBERG, Melvin Aron. *Corporations and other business organizations: cases and materials*. 8ª ed. New York: Foundation Press, 2011.

FAN, Chunyan. *Bringing Controlling Shareholders to Court. Standard-Based Strategies and Controlling Shareholders Opportunism*. Haia: Eleven International Publishing, 2013,

FELTEN, Eric. *Loyalty: the vexing virtue*. New York: Simon & Schuster, 2011.

FERRARA JR., Francesco; e CORSI, Francesco. *Gli Imprenditori e Le Società*. 15ª ed. Milão: Giuffrè, 2011.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A Ciência do Direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

____. *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERRI, G. *Manuale di Diritto Commerciale*. 30ª ed. A cura di C. Angelici e G.B. Ferri. Turim: UTET, 2010.

FERRO-LUZZI, Paolo. *I Contratti Associativi*. Milão: Giuffrè Editore, 1976.

FORGIONI, Paula Andrea. *Teoria geral dos contratos empresariais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FORMIGGINI, Aldo. *Lo “status socii”*. In: Studi in memoria di Umberto Ratti. ALBERTARIO, Emilio (Coord.). Milão: Giuffrè, 1934.

FRADA, Manuel A. de Castro Portugal Carneiro da. *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 2004.

_____. *Contrato e deveres de protecção*. Coimbra: Almedina, 1994.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidez das deliberações sociais*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas*. In: CARVALHOSA, Modesto (coord.). *Tratado de Direito Empresarial. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas*. Vol. II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *O dever de lealdade do acionista controlador por ocasião da alienação do controle*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. (coord). *Direito Societário Contemporâneo II*. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. *Direito Societário Contemporâneo II*. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. *Conflito de Interesses nas Assembleias de S.A. (e outros escritos sobre conflito de interesses)*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

____. ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Aproveitamento de oportunidades comerciais da companhia pelo acionista controlador (Corporate Opportunity Doctrine)*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N.; ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). *Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães*. São Paulo: Malheiros, 2014.

____. ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). *Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães*. São Paulo: Malheiros, 2014.

____. ADAMEK, Marcelo Vieira von. “*Affectio Societatis*” e Conceito de “*Fim Social*”. In: *Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

____. *Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009.

____. *Direito Societário Contemporâneo I*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

____. ADAMEK, Marcelo Vieira von. “*Affectio Societatis*”: Um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de “*Fim Social*”. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Nova Série. Ano XLVII, ns. 149/150, janeiro/dezembro 2008.

FRENCH, Derek. *Mayson, French & Ryan on Company Law*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FREZZA, Paolo. *Fides bona*. In: *Studi sulla buona fede*. Milão: Giuffrè, 1975.

FRITZ, Karina Nunes. *A culpa in contrahendo no direito alemão: um contributo para reflexões em torno da responsabilidade civil pré-contratual*. In: *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. Ano 5, p. 161-207. São Paulo: RT, abr.-jun./2018.

_____. *Boa-fé objetiva na fase pré-contratual: a responsabilidade pré-contratual por ruptura das negociações*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRONTINI, Paulo Salvador. *A função social da companhia: limitações do poder de controle*. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. *Deliberações de sociedades comerciais*. Coimbra: Almedina, 2005.

GALGANO, Francesco. *Diritto Privato*. 18ª ed. Pádua: CEDAM, 2019.

_____. *Corso di Diritto Civile. Il Contratto*. 2ª ed. Milão: CEDAM, 2011.

_____. *Le clausole generali fra Diritto Comune e Diritto Societario*. In: GALGANO, Francesco; MERUZZI, Giovanni; TANTINI, Giovanni (coord.). *Tratatto di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico Dell'Economia*. Vol. LXI. Pádua: CEDAM, 2011.

GALLO, Paolo. *Il contratto*. Torino: Giappichelli, 2017.

_____. *Contratto e buona fede: buona fede in senso oggettivo e trasformazioni del contratto*. Turim: UTET giuridica, 2009, p. 399.

GAMBINO, Agostino; e SANTOSUOSSO, Daniele. *Società di Capitali*. Vol. II. 3ª ed. In: GAMBINO, Agostino (coord.). *Fondamenti di Diritto Commerciale*. Turim: Giappichelli, 2010.

_____. *Il Principio di Correttezza nell'Ordinamento delle Società per Azioni (Abuso di Potere nel Procedimento Assembleare)*. Milão: Giuffrè, 1987.

GARRIGUES, Joaquín. *Problemas Atuais das Sociedades Anônimas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1982.

GAZZONI, Francesco. *Manuale di Diritto Privato*. 5ª ed. Nápoles: Scientifiche Italiane, 1994.

GILSON, Ronald J.; GORDON, Jeffrey N. *Controlling Controlling Shareholders*. University of Pennsylvania Law Review, Vol. 152, n. 2, 2003. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3177&context=penn_law_review. Acesso em: 15/07/2019.

GNANI, Alessandro. *L'Obbligazione Soggettivamente Complessa Nel Quadro Del Diritto Privato Europeo*. In: BRECCIA, Umberto; BUSNELLI, Francesco Donato (org.). *Le "Nuove" Obbligazioni Solidali. Principi europei, orientamenti giurisprudenziali, interventi legislativi*. I Quaderni della Rivista di Diritto Civile. N. 26. Milão: CEDAM/Wolters Kluwer, 2015.

GOMES, Fátima. *O Direito aos Lucros e o Dever de Participar nas Perdas nas Sociedades Anónimas*. Coimbra: Almedina, 2011.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. *Princípio da Boa-Fé*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GOMES, José Ferreira. *Da administração à fiscalização das sociedades: a obrigação de vigilância dos órgãos da sociedade anónima*. Coimbra: Almedina, 2015

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis; e FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas*. In: CARVALHOSA, Modesto (coord.). *Tratado de Direito Empresarial. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas*. Vol. II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GONZÁLEZ, Clara I. Asúa. *La culpa in contrahendo: tratamiento en el derecho alemán y presencia en otros ordenamientos*. Leioa: Universidade do País Basco, 1989

GORDON, Laurent. *Les Obligations des Associés*. Paris: Economica, 1999.

GRÉVAIN-LEMERCIER, Karine. *Le Devoir de Loyauté en Droit des Sociétés*. Marselha: Presses Universitaires D'Aix-Marseille, 2013.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares; e TEIXEIRA, Egberto Lacerda. *Das Sociedades Anónimas no Direito Brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Bushatsky, 1979.

_____. *Direito das Minorias na Sociedade Anônima*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. Ano XXV, n. 63, pp. 106-111, julho/setembro de 1986.

_____. *Sociedade Anônima: Poder e Dominação*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. Ano XXIII, n. 53, pp. 72-80, janeiro/março de 1984.

HAURIOU, Maurice. *L'Institution et le Droit Statutaire*. Tradução de Evandro F. Pontes. In: Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários. Vol. 4. São Paulo: Almedina, pp. 139-214, Novembro/2016.

HAZEN, Thomas Lee; MARKHAM, Jerry W. *Corporations and Other Business Enterprises*. Saint Paul: West Group, 2003.

_____. COX, James. *Corporations*. 2ª ed. New York: Aspen, 2003.

HENN, Günter; FRODERMANN, Jürgen; JANNOTT, Dirk. *Handbuch des Aktienrechts*. Heidelberg: C.F. Müller, 2009.

HERDT, Cristina. *El Abuso Del Derecho de Voto en Las Asambleas de Accionistas de Sociedades Anónimas*. Montevideú: La Ley, 2017.

HONG, Soo Young. *Curb Your Enthusiasm: The Rise of Hedge Fund Activist Shareholders and the Duty of Loyalty*. 24 Fordham Journal Corporate and Financial Law. 193, 2018.

HOPT, Klaus. *Deveres Legais e de Conduta Ética de Membros do Conselho de Administração e de Profissionais*. Traduzido por Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer. In: FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INZITARI, Bruno. In: *Istituzioni di diritto privato. A cura di Mario Bessone*. 2ª ed. Torino: Giappichelli, 1995.

JHERING, Rudolf von. *Culpa in contrahendo. Ou indemnização em contratos nulos ou não chegados à perfeição*. Tradução de Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2008.

JOHNSON, Simon; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; e SHLEIFER, Andrei. *Tunneling*. The American Economic Review, Vol. 90, nº 2, 2000.

KALANSKY, Daniel; e LORIA, Eli. *Processo sancionador e mercado de capitais: estudo de casos e tendências, julgamentos da CVM - 2015*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

_____. *Processo Sancionador e Mercado de Capitais II. Estudo de casos e tendências da CVM – 2016*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

_____. *Processo Sancionador e Mercado de Capitais III. Estudo de casos e tendências da CVM – 2017*. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

KASOLOWSKY, Boris. *Fiduciary Duties in Company Law. Theory and Practice*. Tese de Doutorado. Orientador: Klaus Hopt. Universidade de Hamburgo, Hamburgo, 2002.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução de Luís Carlos Borges. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLEIN, William; RAMSEYER, J. Mark; BAINBRIDGE, Stephen. *Business Associations. Cases and Materials on Agency, Partnerships, LLCs, and Corporations*. St. Paul: Foundation Press, 2015.

LAMY FILHO, Alfredo, PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *Direito das Companhias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. *Temas de S.A. Exposições e Pareceres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *A Lei das S.A.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

LANDO, Ole; BEALE, Hugh. *Principles of European Contract Law. Parts I and II*. The Hague: Kluwer Law International, 2000.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 5ª ed. Tradução de José Lamago do original alemão intitulado *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Comentários à Lei das Sociedades Anônimas*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1978.

LIMA FILHO, Francisco das Chagas. *Os Direitos Fundamentais e a Boa-Fé como Limites do Poder Diretivo Empresarial*. São Paulo: LTr, 2017.

LOBO, Jorge Joaquim. *Direitos dos acionistas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LOPES, Pedro Moniz. *Princípio da Boa Fé e Decisão Administrativa*. Coimbra: Almedina, 2011,

LORIA, Eli; e KALANSKY, Daniel. *Processo sancionador e mercado de capitais: estudo de casos e tendências, julgamentos da CVM - 2015*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

_____. *Processo Sancionador e Mercado de Capitais II. Estudo de casos e tendências da CVM – 2016*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

_____. *Processo Sancionador e Mercado de Capitais III. Estudo de casos e tendências da CVM – 2017*. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Anônimas: Comentários à Lei*. Vol. I. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MACK, William; HALE, William Benjamin. *Corpus Juris*. New York: The American Law Book Co., 1919.

MAINAR, Rafael Bernad. *Derecho Romano. Curso de Derecho Privado Romano*, 2ª ed. Caracas: Universidade Católica Andrés Bello, 2001.

MARCONDES, Sylvio. *Questões de Direito Mercantil*. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Problemas de direito mercantil*. São Paulo: Max Limonad, 1970.

MARTÍNEZ-ECHEVARRIA, Alfonso. *The Nature of Shareholding and Regulating Shareholders' Duties*. In: BIRKMOSE, Hanne S. (coord.). *Shareholders' Duties*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2017.

MARTINS, Fran. *Comentários à Lei das Sociedades Anônimas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Os Avatares do Abuso do Direito e o Rumo Indicado pela Boa-fé*. In: TEPEDINO, Gustavo. *Direito Civil Contemporâneo. Novos Problemas à Luz da Legalidade Constitucional*. Anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *A Boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de; MENDONÇA, Roberto Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro: Parte III - Das Sociedade Comerciais*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1963.

MENGONI, Luigi. *Spunti per una teoria delle clausole generali*. In: *Il Principio Della Buona Fede. Quaderni della Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento*, Vol. III. Milão: Giuffrè, 1987.

MERLE, Philippe. *Droit Commercial. Sociétés Commerciales*. 11ª ed. Paris: Dalloz, 2007.

MESTRE, Jacques; VELARDOCCHIO, Dominique; MESTRE-CHAMI, Anne-Sophie. *Le Lamy Sociétés Commerciales*. Paris: Wolters Kluwer, 2017.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. Parte Especial. Tomo L. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.

_____. *Tratado de Direito Privado*. Parte Especial. Tomo XLIX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. *Do Espírito das Leis*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOSSA, Lorenzo. *Trattato del Nuovo Diritto Commerciale*. Vol. II. Pádua: CEDAM, 1951.

_____. *Trattato del Nuovo Diritto Commerciale*. Vol. IV. Pádua: CEDAM, 1957.

MUSSI, Luiz Daniel Haj. *Suspensão do Exercício de Direitos do Acionista*. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

NATOLI, Ugo. *La Regola Della Correttezza e L'Attuazione del Rapporto Obbligatorio*. In: Studi Sulla Buona Fede. Publicação da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Pisa. Milão: Giuffrè, 1975.

NAVARRINI, Umberto; FAGGELLA, G. *Das Sociedades e das Associações Comerciais*. Vol. I. Traduzido por Valentina Borgerth Loehnefinke. Rio de Janeiro: José Konfino, 1950.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. *Código Civil Comentado*. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

_____. *Instituições de Direito Civil. Parte Geral*. Vol. I. Tomo II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Instituições de Direito Civil. Direito das Obrigações*. Vol. II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Instituições de Direito Civil. Teoria Geral do Direito Privado*. Vol. I. Tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Introdução ao Pensamento Jurídico e à Teoria Geral do Direito Privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NUNES, António José Avelãs. *O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais*. Coimbra: Almedina, 1968.

OIOLI, Erik F. *O Governo das Sociedades de Economia Mista: os casos Sabesp/EMAE e Eletrobras (PAS CVM nº RJ 2012/1131 e RJ 2013/6635)*. In: ROSSETTI, Maristela Abla; PITTA, Andre Grunspun (coord.). *Governança Corporativa. Avanços e Retrocessos*. Coleção IDSA. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

_____. *Regime Jurídico do Capital Disperso na Lei das S.A.* São Paulo: Almedina, 2014.

OLIVEIRA, estrela de. *Dos Fundamentos dos Deveres de Lealdade dos Acionistas*. In: CÂMARA, Paulo (Coord.). *Acionistas e Governança das Sociedades*. Coleção *Governance Lab*. Coimbra: Almedina, 2019.

_____. *Grupos de Sociedades e Deveres de Lealdade: Por um Critério Unitário de Solução do “Conflito do Grupo”*. Coimbra: Almedina, 2012.

PARDO, Gloria Díaz. *Ética, Moral y Derecho*. In: CONDE, Enrique Álvarez et al (coord.), *Deontología, Principios Jurídicos Básicos e Igualdad*, Madri: Tecnos, 2016.

PEDAMON, Catherine. *The Duties of Controlling Shareholders: a comparative study in French and American Corporate Law*. Dissertação de Mestrado. Harvard Law School, Cambridge, 1992.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; e LAMY FILHO, Alfredo. *Direito das Companhias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. LAMY FILHO, Alfredo. *A Lei das S.A.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil*. Vol. I. 31ª ed. Rev. e Atual. por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Thomaz Henrique Junqueira de A. (coord.). *Direito processual empresarial: estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PICOD, Yves. *Le devoir de loyauté dans l'exécution du contrat*. Paris: L.G.D.J, 1989.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria Geral do Direito Civil*. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PINZÓN, Gabino. *Sociedades Comerciales*. Vol. I. 5ª ed. Bogotá: Temis, 1988.

PIRAINO, Fabrizio. *La Buona Fede in Senso Oggettivo*. Turim: Giappichelli Editore, 2015.

PITTA, Grüsfun André. *O Regime de Informação das Companhias Abertas*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PODESTÁ, Fábio Henrique. *Direito das Obrigações*. 7ª ed. São Paulo: Almedina, 2018.

PONTES, Evandro Fernandes de. *Tradução de L'Institution et le Droit Statutaire de Maurice Hauriou*. In: Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários. Vol. 4. São Paulo: Almedina, pp. 139-214, Novembro/2016.

PORTALE, Giuseppe B. *La legge azionaria tedesca cinquanta anni dopo*. In: AGSTNER, Peter; BORDIGA, Francesco (coord.). *Legge sulle società per azioni della Repubblica federale tedesca*. Milão: Giuffrè, 2014.

PUFENDORF, Samuel. *Os Deveres do Homem e do Cidadão*. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007

PUPO, Carlo Emanuele. *Il Voto Negativo Nell'Assemblea Della Società per Azioni. Profili Ricostruttivi Dell'Abuso di Maggioranza e di Minoranza*. Quaderni di Giurisprudenza Commerciale, n. 399. Milão: Giuffrè, 2016.

RAUPP, Daniel Marques. *A Usurpação de Oportunidade Comercial e seus Parâmetros de Aplicação na Sociedade Anônima*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Faculdade de Direito da UFRGS, 2015.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *O projeto de Código civil: situação atual e seus problemas fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. *Anteprojeto do Código Civil*. Revista de Informação Legislativa, v. 9, n. 35, p. 3-24, jul./set. 1972, p. 6. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180616>. Acesso em: 15/06/2019.

_____. *A Boa-fé no Código Civil*. Disponível em: <http://www.miguelreale.com.br/artigos>. Acesso em: 15/06/2019.

_____. *Visão Geral do Projeto de Código Civil*. Disponível em: <http://www.miguelreale.com.br/artigos/vgpcc.htm>. Acesso em: 15/06/2019

Frederick F. *Princípios da lealdade: como os líderes atuais constroem relacionamentos duradouros e lucrativos*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

REYES, Francisco. *Direito Societário Americano: Estudo Comparativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

RIPERT, Georges. *A Regra moral nas obrigações civis*. Tradução da 3ª ed. da obra francesa, por Osório Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1937.

_____. ROBLOT, R. *Les Sociétés Commerciales*. Atualizado por Michael Germain e Véronique Magnier. 20ª ed. Tomo 2. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2011.

ROBY, Henry John. *Roman Private Law. In the times of Cicero and of the Antonines*. Vol. II. Cambridge: University Press, 1902.

RODA, Carmen Boldó, *Estatuto Jurídico del Socio (I). Derechos y Deberes del Socio*. In: IRUJO, José Miguel Embid et al (coord.). *Derecho de Sociedades de Capital. Estudio de la Ley de sociedades de capital y de la legislación complementaria*. Madri: Marcial Pons, 2016.

ROIMISER, Mónica G. Cohen de. *El interés social en la sociedad anónima*. Buenos Aires: Depalma, 1979.

ROONEY, C. J., LOYALTY. *Records of the American Catholic Historical Society of Philadelphia*. V. 56, n. 2, Junho/1945.

ROYCE, Josiah. *The Philosophy of Loyalty*. In: MCDERMOTT, John J. (coord.). *The Basic Writings of Josiah Royce*. Vol. II. New York: Fordham University, 2005.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Novo Direito Societário*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015

_____. COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. *O poder de controle na sociedade anônima*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

_____. *Direito Concorrencial - As Condutas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

_____. *Análise Estruturalista do Direito Societário*. In: GARCÍA, Ricardo Olivera (coord.). *Ley de Sociedades Comerciales. Estudios a los 25 Años de su Vigencia*. Montevideú: La Ley, 2015.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Dever do Administrador de S/A de Agir Conforme o Interesse Social*. *Revista de Direito Mercantil*. São Paulo, v. 155/156, p. 301-307, Agosto/2010.

SCHMIDT, Dominique. *Les conflits d'intérêts dans la société anonyme*. Paris: Joly, 2004.

_____. *Les Droits de La Minorité dans La Société Anonyme* (Bibliothèque de Droit Commercial. Tomo 21. Paris: Librairie Sirey, 1970.

SCHREIBER, Anderson. *A proibição de comportamento contraditório*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. *Contratos de Longo Prazo e Dever de Cooperação*. São Paulo: Almedina, 2016.

Alberto Luís Camelier. *Aspectos Cíveis da Concorrência Desleal no Sistema Jurídico Brasileiro*. In: LIMA, Luís Felipe Balieiro (coord.). *Propriedade Intelectual no Direito Empresarial*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SOTO, Luís G. *Ética, Política e Democracia: Seguindo Aristóteles, Kant e Mill*. Revista Portuguesa de Filosofia, v. 75, n. 1, pp. 305–338, 2019.

SPINELLI, Luis Felipe. *Exclusão de sócio por falta grave na sociedade limitada*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

SZTAJN, Rachel. *Contrato de sociedade e formas societárias*, São Paulo: Saraiva, 1989

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*. Vol. 3. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Bushatsky, 1979

TESDESCHI, Claudia. *"Potere Di Orientamento" Dei Soci Nelle Società Per Azioni*. Milão: Giuffrè, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. I. 60ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TOBÍO RIVAS, Ana María. *Limitaciones de los derechos de asistencia y voto del accionista: (art. 105 LSA)*. Madrid: Cívitas, 1995

TRABUCCHI, Alberto. *Istituzioni di Diritto Civile*. Pádua: CEDAM, 2012.

TRIUNFANTE, Armando Manuel. *A tutela das minorias nas sociedades anónimas: direitos de minoria qualificada, abuso de direito*. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

UDA, Giovanni Maria. *La buona fede nell'esecuzione del contratto*. Turim: G. Giappichelli, 2004

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. Vol. I. 10^a ed. Coimbra: Almedina, 2003.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Teoria Geral do Direito Civil*. 8^a ed. Coimbra: Almedina, 2019.

_____. *A participação social nas sociedades comerciais*. 2^a ed. Coimbra: Almedina, 2006.

VENTORUZZO, Marco et al. *Comparative Case Law*. Saint Paul: West Academic, 2015.

VIANA, Bomfim. *Situação jurídica do acionista: direito alemão*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

VIO, Daniel de Avila. *Grupos societários: ensaio sobre os grupos de subordinação, de direito e de fato, no direito societário brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

WIEACKER, Franz. *El Principio General de la Buena Fé*. Tradução de Jose Luis Carro. Madri: Editorial Civitas, 1977.

WIEDEMANN, Herbert. *Vínculos de Lealdade e Regra de Substancialidade*. Tradução do texto original “*Treubindungen und Sachlichkeitsgebot: ein Systemvergleich*”, de Otto Carlos Vieira Ritter von Adamek. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Vol. 157, p. 7-25, jan./mar. 2011.

_____. *Gesellschaftsrecht*. Vol. I. Munique: C. H. Beck, 1980.

WIRTH, Gerhard; ARNOLD, Michael; MORSHÄUSER, Ralf. Em cooperação com Mark Greene. *Corporate law in Germany*. 2ª ed. Munique: Beck, 2010.

ZAGAL, Óscar Andrés Torres. *Derecho de Sociedades*. 6ª ed. Santiago: Thomson Reuters, 2018.

ZANELLI, Pietro; GALGANO, Francesco; SBISÀ, Giuseppe. *Della società per azioni*. Bolonha: Zanichelli, 2006.

ZANINI, Carlos Klein. *A Poison Pill Brasileira: desvirtuamento, antijuridicidade e ineficiência*. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). *Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos. Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França* São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *A Doutrina dos “Fiduciary Duties” no Direito Norte-Americano e a Tutela das Sociedades e Acionistas Minoritários Frente aos Administradores das Sociedades Anônimas*. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. Ano XXXVI, n. 109, pp. 137-149, janeiro-março de 1998.

ZIMMERMANN, Reinhard; e WHITTAKER, Simon. *Good faith in European contract law: surveying the legal landscape*. In: ZIMMERMANN, Reinhard (coord.). Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2000.